



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO**



**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS  
INDÚSTRIAS DE CIGARROS E FUMOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA:  
ESTUDO DE CASO UTILIZANDO OS INDICADORES DO IBASE.**

**SOUSA-PB**

**2013**

**CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO**

**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS  
INDÚSTRIAS DE CIGARROS E FUMOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA:  
ESTUDO DE CASO UTILIZANDO OS INDICADORES DO IBASE.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:** Professor Dr. Allan Sarmiento Vieira;

**Co-orientadora:** Professora MSC Ana Flávia Ventura

SOUSA-PB

2013

**CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO**

**EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS  
INDÚSTRIAS DE CIGARROS E FUMOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA:  
ESTUDO DE CASO UTILIZANDO OS INDICADORES DO IBASE.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande- PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 09 de maio de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Allan Sarmiento Vieira- Orientador- Prof. Dr. UFCG.

---

Cristiane Queiroz Reis- Examinadora- Prof<sup>a</sup>. Esp. UFCG.

---

Marcos Macri Oliveira- Examinador- Prof. MSc. UFCG

SOUSA-PB

2013

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Rejane Maria e José Roberto por contribuírem para o progresso da minha caminhada em todas as etapas da minha vida, e aos meus irmãos George e José Roberto Junior por estarem comigo em todos os momentos bons e ruins da vida.

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradecer a Deus pela força, coragem, fé e determinação, que Ele tem me proporcionado ao longo de todos os dias da minha vida.

Em seguida, agradeço também aos meus familiares mais próximos (pais e irmãos) por contribuírem de forma direto-indireta na construção deste trabalho.

Ao meu avô, Sr. Arlindo, por participar na construção da minha conduta pessoal e profissional.

Ao meu tio Rildo por ser uma pessoa atenciosa e amiga com os seus sobrinhos.

Agradecer também a minha namorada Sandra, pela atenção, carinho, e companheirismo que ela teve comigo, durante nosso relacionamento.

Ao meu professor e grande amigo Allan Sarmiento (orientador dessa monografia), que me motivou a desenvolver este trabalho, como também o agradeço por toda a contribuição dada durante minha formação acadêmica.

A minha co-orientadora, Ana Flavia, por também ter me auxiliado neste trabalho, além de sua considerável participação na agregação de valor e conhecimento na minha formação acadêmica.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial: Aline Fernandes, Raylson Machado, Marcio Gomes, Helton Abrantes, e toda a classe que participou de muitos momentos bons e alegres ao longo do curso.

Aos outros amigos não citados anteriormente, que fazem parte da minha vida, de forma indireta. Aos professores do curso de Ciências Contábeis que tiveram sua parcela de contribuição no desenvolvimento acadêmico.

E por fim, agradecer a todas aquelas pessoas que participaram ou participam do meu dia a dia.

*“Não sou obrigado a vencer, mas tenho o dever de ser verdadeiro. Não sou obrigado a ter sucesso, mas tenho o dever de corresponder a luz que tenho...” (Abraham Lincoln)*

## RESUMO

A evidenciação da responsabilidade socioambiental adotada por algumas empresas tabagistas listadas na BM&FBOSPA é um fator bastante intrigante quando se leva em consideração o pressuposto de que as mesmas são grandes financiadoras de malefícios a saúde pública, porém isso não impede que essas empresas sejam sustentáveis. É neste contexto que surge a necessidade de se discutir sobre indústrias do ramo do tabagismo listadas na BM&FBOVESPA que utilizam o Balanço Social (modelo IBASE) como uma forma de evidenciar a sua responsabilidade socioambiental. O Balanço Social aparece como uma ferramenta contábil de grande importância na divulgação da sustentabilidade dessas indústrias. O objetivo da pesquisa foi apresentar o desempenho socioambiental das empresas de cigarros e fumos a partir dos indicadores disponíveis no Balanço Social. Trata-se de uma pesquisa de caráter quanti-qualitativa, documental, descritiva e de estudo de caso. Diante dos dados estudados, foi possível verificar que a indústria analisada (Souza Cruz S/A), apesar de investir em ações direcionadas ao meio ambiente, possui uma fragilidade nos investimentos feitos para a comunidade, principalmente na saúde e saneamento da população, tornando-se uma empresa de dois polos distintos, na evidenciação da responsabilidade socioambiental de sua atividade operacional.

Palavras Chave: Responsabilidade socioambiental, Balanço Social, Evidenciação, Indicadores socioambientais.

## ABSTRACT

The socioenvironmental responsibility evidenciation adopted by some tobacco companies listed on the BM&FBOSPA is a factor quite intriguing when one takes account the presupposition that they are major funders of public health harms, but this does not prevent these companies are sustainable. It is in this context that arises the necessity of discuss about the tobacco branch industries listed on the BM&FBOVESPA utilizing the Social Balance (IBASE pattern) as a way to demonstrate their socioenvironmental responsibility. The Social Balance appears as an accounting tool of great importance in spreading the sustainability of these industries. The research objective was to present the socioenvironmental performance of the cigarette and tobacco industries starting from the indicators available in the Social Balance. This is a research of quantitative and qualitative character, documental, descriptive and of case study. From the studied data It was possible verify that the analyzed industry (Souza Cruz S / A), despite investing in stocks directed to the environment, It has a fragility on their investments made to the community especially in the population health and sanitation, becoming a company two distinct poles, in the evidenciation of the socioenvironmental responsibility of their operational activities.

**Keywords:** Socioenvironmental responsibility, Social Balance, Evidenciation, Socialenvironmental indicators.



## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Empresas que publicaram o Balanço Social no modelo IBASE .....	33
Figura 2: Prêmios conquistados pela empresa tabagista. ....	41
Figura 3: Evolução do comportamento dos lucros ou prejuízos da empresa .....	42
Figura 4: Comparação dos índices econômico-financeiro da empresa Souza Cruz S/A .....	43
Figura 5: Análise do Indicador Social Interno (Saúde) .....	44
Figura 6: Análise do Indicador Social Interno (Alimentação) .....	45
Figura 7: Análise do Indicador Social Interno (capacitação e desenvolvimento profissional) .....	46
Figura 8: Análise do Indicador Social Externo Educação .....	48
Figura 9: Análise do desempenho do indicador social externo (cultura).....	48
Figura 10: Análise do indicador social externo (saúde e saneamento):.....	49
Figura 11: Análise do Indicador Social externo (Tributos) .....	50
Figura 12: Análise do Desempenho do Indicador Ambiental em invest. Em produção/operação da empresa. ....	51
Figura 13: Análise dos Investimentos feitos em programas e/ou projetos externos.....	52
Figura 14: Análise comparativa entre os indicadores socioambientais .....	53

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Classificação do Disclosure Voluntário.....	18
Quadro 2: Tipos de usuários que utilizam o Balanço Social.....	24

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Características das empresas de Cigarros e Fumos que evidenciam o Balanço Social.....	39
Tabela 2: Índices considerados importantes na evidenciação do Balanço Social.....	44

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIFUMO.	Associação Brasileira da Indústria do Fumo.
ADCE.	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas.
B.P.	Balço Patrimonial.
BM&FBOVESPA.	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.
CFC.	Conselho Federal de Contabilidade.
COPER.	Coordenação de Comissão Permanente.
CVM.	Comissão de Valores Mobiliários.
DVA.	Demonstração do Valor Adicionado.
FIPECAFI.	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras.
FPB.	Folha de Pagamento Bruta.
GRI.	Global Reporting Initiative.
IBASE.	Instituto Brasileiro de Análises Econômicas.
INCA.	Instituto Nacional do Câncer.
NBCT.	Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnica.
OMS.	Organização Mundial de Saúde.
ONU.	Organização das Nações Unidas.
R.L.	Receita Líquida.
R.O.	Receita Operacional.
S.A.	Sociedade Anônima.
SINDITABACO.	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco.
VAT.	Valor Adicionado Total.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT.....	v
LISTAS DE FIGURAS .....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	ix
1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA.....	1
1.1 Objetivos.....	5
1.1.1 – <i>Geral</i> .....	5
1.1.2 - <i>Específicos</i> .....	5
1.2 Justificativa.....	5
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	7
1.3.1 <i>Classificação da abordagem do problema da pesquisa</i> .....	7
1.3.2 <i>Classificação quanto aos procedimentos técnicos</i> .....	8
1.3.3 <i>Classificação quanto aos objetivos da pesquisa</i> .....	8
1.3.4 <i>Universo da pesquisa e amostra</i> .....	9
1.3.6 <i>Procedimentos de coleta de dados</i> .....	9
1.3.7 <i>Tratamento dos Dados</i> .....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	11
2.1 A História da Responsabilidade Social .....	11
2.1.1 <i>Marketing Social</i> .....	12
2.1.2 <i>Sustentabilidade socioambiental</i> .....	14
2.2. Contabilidade Social e Ambiental.....	15

2.2.1	Disclosure Voluntário .....	17
2.2.2	<i>Evidenciação socioambiental</i> .....	20
2.3	Balanço Social .....	21
2.3.1	<i>História do Balanço Social</i> .....	22
2.3.2	<i>Visão Conceitual e os objetivos do Balanço Social</i> .....	23
2.3.3	<i>Usuários do Balanço Social</i> .....	24
2.3.4	<i>Balanço Social e Legislação Vigente no Brasil</i> .....	25
2.3.5	<i>A formação do balanço social</i> .....	27
2.3.6	<i>Tipos de Balanço Social</i> .....	28
2.4	Modelos de balanço social .....	29
2.4.1	<i>Modelo ETHOS</i> .....	30
2.4.2	<i>Modelo GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)</i> .....	30
2.4.3	Modelo de balanço social elaborado pelo IBASE .....	31
2.6	Demonstração do Valor Adicionado- DVA .....	33
2.7	Indicadores e Desempenho Socioambiental .....	35
2.8	Números-Índices .....	37
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	39
3.1	Descrição da empresa que divulga Balanço Social .....	40
3.2	Análise dos Indicadores Evidenciados pela Sousa Cruz S/A .....	42
3.2.1	<i>Indicadores Sociais Internos da Empresa Sousa Cruz S/A</i> .....	44
3.2.2	<i>Indicadores Sociais Externos da Empresa Sousa Cruz S/A</i> .....	47
3.2.3	<i>Análise dos Indicadores Ambientais da Empresa Sousa Cruz S/A</i> .....	50
3.3	Análise dos Indicadores e os Valores Adicionados a Distribuir (DVA) .....	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
5	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	57
	REFERÊNCIAS .....	60

## 1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

A folha do tabaco era chamada antigamente pela comunidade europeia como “erva santa” no tempo dos desbravamentos marítimos. Tem sua origem atrelada aos povos indígenas que viviam nas Américas antes dos descobrimentos. A *Nicotina Tabacum*, nome científico para a referida planta, era consumida e utilizada comumente pelos nativos, servindo inclusive para finalidades diversas, como por exemplo, nos rituais religiosos. Após o contato do homem branco (portugueses e espanhóis) com os índios, essa cultura do tabaco foi levada aos quatro continentes. (LOPES, 2007)

A introdução da cultura do tabaco no Brasil seguiu os mesmos caminhos do resto das Américas. Os primeiros nativos de terras brasileiras a cultivar e utilizar a *Nicotina Tabacum* foram os tupis-guaranis. Após a chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu a oficialização e a regulamentação da produção e venda do tabaco. Ele só virou produto de exportação no século XVIII tendo como pioneiro nesse ramo de negócio o marquês de Pombal. Séculos mais tarde, no Brasil república, o fumo tornou-se uma das principais fontes de arrecadação tributária pelo governo federal. (DECICINO, 2008).

No território brasileiro, a produção de tabaco está concentrada nas regiões do sul e nordeste, onde mais de 96% da produção fica localizada na primeira região mencionada e o restante está dividido entre os estados nordestinos. (BIOLCHI, 2003)

Fazendo uma comparação com a produção mundial de fumo para a exportação, o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco, ficando atrás da China em exportação. Do que é produzido no país, 85% da produção dos produtos derivados do tabaco são destinados a exportação, os outros 15% refere-se ao consumo interno no mercado nacional (BONATO, 2009). É notório que a produção da folha de tabaco é crescente no mundo, isso está associado à demanda exponencial que conseqüentemente fez surgir um monstruoso comércio de nicotina.

Esse crescimento vertical do comércio da nicotina no Brasil e no mundo, fez com que surgisse uma população que dependa de seus produtos derivados cada vez mais cedo, com idades que variam de 16 a 30 anos entre homens e mulheres que compõe a sociedade, tendo essa dependência acarretada sérios problemas aos governos mundiais no que se trata do combate aos efeitos nocivos do tabaco a saúde pública. (CAVALCANTE, 2005)

O tabagismo pode ser definido como a dependência mental e física do indivíduo que consome os produtos derivados do tabaco. Segundo a Organização Mundial de Saúde-

OMS, a dependência da nicotina leva o indivíduo a estar constantemente exposto a uma combinação de aproximadamente 4 mil substâncias tóxicas dentro do seu organismo. (ROSEMBERG, 2013).

Em pesquisa elaborada no ano de 2011 pelo Instituto Nacional do Câncer, averiguou-se que o tabagismo tornou-se uma epidemia global, e que vem contribuindo para o aparecimento de outras doenças, fragilizando o sistema público de saúde das nações. (INCA, 2011, p.07).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2012 divulgou que a porcentagem de adultos que tinha o vício do tabagismo, no mundo, com idades acima de 30 anos e que vem a óbito por causa de tal prática corresponde a 12% das mortes documentadas, ou seja, quase cinco milhões de pessoas no mundo perdem a vida em virtude de doenças relacionadas ao tabaco. (ONUBR, 2012).

Tais informações são preocupantes e alarmantes. O governo brasileiro, inclusive, divulgou em 2011 que os gastos relacionados com o tratamento de doenças associadas ao tabagismo, podem chegar aproximadamente a R\$ 21 milhões de reais, correspondendo a 30% do valor destinado ao orçamento do Ministério da Saúde, enquanto, a receita obtida com imposto sobre os produtos derivados do tabaco foi menor que as suas despesas. (FORMENTI, 2012).

O poder executivo tanto nas esferas Federal, Estadual e Municipal, vem criando mecanismos para diminuir o tabagismo na sociedade brasileira por meio de leis e políticas governamentais de conscientização da população, fiscalizando também, de forma mais rígida, as indústrias de cigarros. (TEIXEIRA & JAQUES, 2011)

Na década de 80 foi possível verificar os primeiros passos no âmbito legislativo sobre a criação de algumas leis estaduais e municipais que proibiram dentre outras coisas fumar em determinados lugares públicos, tendo destaque para os estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e a cidade de São Paulo. A partir desses primeiros movimentos ocorridos nas unidades federativas do país, em 1986 o poder executivo federal sancionou a lei 7.488 de 11 de julho do mesmo ano, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Tabaco. Foi a primeira lei nacional voltada para o controle do tabagismo no Brasil, dando uma nova roupagem a legislação vigente que antes tinha como objetivo a defesa da indústria de cigarros, assim passou-se a ter um olhar mais especial para o controle do tabagismo relacionado aos problemas da saúde pública do país. (ROMERO & SILVA, 2011)

A política Nacional de Controle do Tabaco tem como principal foco a busca pela melhoria do sistema de saúde nacional, fazendo com que o governo intervenha no mercado de cigarros,



com o objetivo de reduzir o consumo dos produtos derivados da nicotina, por meio de instrumentos como o aumento de preços e impostos sobre os produtos da indústria de cigarros, forçando a redução da demanda, como também a utilização dos meios de comunicação para divulgar informações que conscientizem a população sobre as principais consequências que o consumo do tabaco traz para a saúde do homem. (IGLESIAS et. al., 2007)

As estratégias adotadas pelas indústrias de tabagismo para minimizar os efeitos da propaganda nefasta divulgada na mídia pelos órgãos públicos e entidades privadas foram evitando os conflitos diretos, evidenciando os retornos financeiros dos seus negócios no mundo e buscando novas ferramentas de defesa de seus interesses para com a sociedade. No Brasil destacam-se duas entidades criadas para proteger os negócios da indústria de cigarros, são as respectivas ABIFUMO e a SINDITABACO. (SANTÂNGELO, 2010).

A responsabilidade social adotada pelas indústrias de cigarros no novo cenário econômico tem como um dos principais focos de negócios, a gestão transparente e socialmente responsável. Assim ao assumir esse papel social as empresas despertaram o interesse em contribuir para a melhoria socioambiental do planeta. É o que consta no *Fórum de Gestão Sustentável* (2011), onde uma indústria de tabaco foi premiada por ter atingido as melhores práticas de responsabilidade social, nos sete quesitos avaliados na pesquisa. (SOUZA CRUZ, 2011).

A resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1003/04, no que diz respeito à divulgação das informações de natureza social e ambiental, mostra que os modelos estratégicos utilizados pelas indústrias de tabaco, relacionadas à responsabilidade social, seguem os mesmos critérios aplicados a outras empresas de porte e ramos diferentes.

Um dos instrumentos de evidência dessas informações de natureza social e ambiental é através do Balanço Social. A Comissão de Valores Mobiliários- CVM aponta que o balanço social pode ser composto por vários instrumentos ou mecanismos que facilitam o acesso da população as informações relacionadas às ações empresariais no que se refere à contribuição para a melhoria da comunidade e também para a sustentabilidade ambiental. (CVM, 2013)

As indústrias de cigarros que utilizarem o balanço social para divulgar as informações relacionadas à responsabilidade da sua gestão na sociedade serão obrigadas a adotarem as regras estabelecidas pela NBCT-15 (Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnica), cabe ressaltar que o Balanço Social não é uma Demonstração obrigatória na elaboração das peças contábeis para as empresas.

A resolução das Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnica nº 15 no item 1.5.1.5 relata que a apresentação das informações de caráter social e ambiental da empresa deve conter a demonstração do exercício atual e anterior para resultado de comparação das informações evidenciadas no balanço social da entidade. Assim as indústrias de tabagismo devem focar principalmente nesse dispositivo anterior da NBCT-15 para a elaboração do Balanço Social, de modo que as informações divulgadas por esta Demonstração tenham maior relevância perante a sociedade.

Atualmente no Brasil estão inseridos três tipos de modelos de Balanço Social ou relatório de sustentabilidade, que após a verificação de vários documentos publicados nas últimas décadas foram possíveis de montar o perfil dos modelos utilizados pelas empresas para publicarem o balanço social, destacando-se dois modelos nacionais como o IBASE e o ETHOS, e um internacional composto pelo Global Reporting Initiative- GRI, sediada nos Estados Unidos. (SUCUPIRA, 2004).

O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- IBASE é um dos modelos mais utilizados no balanço social das empresas brasileiras, inclusive pelas indústrias tabagistas, devido ao fato de ser único e simplificado, de fácil entendimento, tendo em sua forma de estruturação das informações a inspiração no balanço financeiro das entidades. (SOUZA & PACHECO, 2007)

Outro instrumento para avaliar o desempenho das empresas brasileiras em relação à responsabilidade social e ambiental aliado a sustentabilidade financeira, que tem como foco de atuação o mercado de ações, é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), que tem como objetivo transmitir informações de qualidade para os investidores nas quais nortearam as negociações na bolsa de valores. E ainda são relevantes para indicar o menor risco ao longo prazo do investimento, que estão associados aos critérios de sustentabilidade empresarial. (VILELA, 2009)

Avaliando do ponto vista crítico, essa nova abordagem adotada pelas indústrias tabagistas serve apenas para promover a imagem positiva delas, mas na verdade é só passando uma imagem enganosa para melhorar os status da empresa no mercado de atuação.

Segundo a opinião do jornalista Wilson da Costa Bueno, professor da USP e da Universidade Metodista de São Paulo, em entrevista feita ao Instituto INCA para a revista *rede câncer* (2010, p.33), relatou o seguinte: “a responsabilidade social da indústria tabagista é mais uma das farsas empresariais e evidencia a disposição de confundir a

opinião pública, um autêntico e equivocado processo de ‘limpeza de imagem’ que deve ser sistematicamente repudiado”.

Com base neste contexto o presente trabalho abre a discussão sobre a seguinte problematização: Será que as empresas do ramo do tabagismo listadas na BM&FBOVESPA, utilizam o Balanço Social (modelo IBASE) como forma de evidenciação da sua responsabilidade socioambiental?

## **1.1 Objetivos**

### *1.1.1 – Geral*

O objetivo principal deste trabalho é apresentar o desempenho socioambiental das empresas de cigarros e fumos a partir dos indicadores disponíveis evidenciados no Balanço Social.

### *1.1.2 - Específicos*

- Identificar as empresas do ramo tabagismo que divulgam o balanço social na BM&FBOVESPA;
- Analisar e descrever os indicadores socioambientais utilizados no Balanço Social que levam as empresas de tabaco a ganhar o título de instituições sustentáveis;

## **1.2 Justificativa**

A prática da responsabilidade socioambiental que levam as empresas a atuar de forma sustentável na sociedade, pode ser agregada no aumento de seus lucros, pois são bem vistas pelos consumidores quando se trata de inovação e respeito ao meio ambiente, além de lançar regras de comportamento do mercado na competitividade das empresas. (ABRAHÃO, 2013)

Nos últimos anos as discussões sobre a responsabilidade socioambiental das empresas vêm se tornando um assunto bastante debatido, reforçando a ideia de que as empresas

devem adotar uma postura diante da sociedade que não visem apenas obter lucros e gerar riquezas. (CALDERÓN et. al., 2011).

Para as organizações esse assunto tem sido encarado como um novo modelo estratégico para incrementar sua potencialidade de geração de renda e elevar o seu desenvolvimento, pelo fato de seus usuários estarem cada vez mais atentos sobre os tipos de produtos e serviços que contribuem para a melhoria do meio ambiente e a comunidade. (BERTONCHELLO & JUNIOR, 2007)

Algumas empresas que são classificadas por valores negativos a sociedade, como é o caso das indústrias de bebidas, cigarros e armas. Essas indústrias também passaram a adotar a prática da responsabilidade socioambiental nos seus estatutos, buscando valorizar sua imagem perante a população por meio de uma postura politicamente correta, mesmo tendo em seu escopo a causa de milhares de mortes por ano devido ao consumo de seus produtos, (FILHO, 2008).

A evidenciação da responsabilidade socioambiental deve ser compreendida como um modelo de gestão que se representa, pela exposição da ética aliado a transparência da organização na determinação dos objetivos organizacionais, adaptado ao desenvolvimento sustentável da comunidade, resguardando o meio ambiente e conciliando com a qualidade de vida da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

É o que apontou vários artigos publicados por autores diferentes sobre a evidenciação da responsabilidade social das empresas, através de indicadores, tendo destaque para os trabalhos de Crispim (2003) ao analisar empresas de capital aberto no Brasil que evidenciam sua responsabilidade social com ênfase na gestão ambiental, também de Gomes et al (2012) referente a análise da evidenciação socioambiental das empresas e regulamentação brasileira, além de Mendes et al (2012) que faz um estudo sobre a evidenciação da responsabilidade social corporativa das empresas de construção civil, dentre outros trabalhos.

O emprego dos indicadores de desempenho na prática da responsabilidade socioambiental é um instrumento a ser mais trabalhado pelas as organizações, tendo como principal função o acompanhamento da execução dos planos estratégicos, de averiguar se a decisão tomada pelos gestores está certa, além de distribuir informações sobre desempenho empenhado com o desenvolvimento sustentável. (PINTO, 2006)

De modo geral para que as organizações possam evidenciar essa referida transparência aos seus usuários, elas adotam o balanço social como uma demonstração contábil, que

facilita a interpretação das informações. É nesse momento que o papel da contabilidade começa a se revelar, por meio da mensuração e apresentação dos indicadores socioambientais que constituem a estrutura do Balanço Social. Esses indicadores podem ser publicados através de alguns modelos propostos para a elaboração dessas informações.

Partindo do que foi exposto anteriormente, está mais que justificada sob o ponto de vista dos autores relatados anteriormente sobre o assunto tema deste trabalho, para a importância do desenvolvimento desta pesquisa, já que o estudo vai mostrar quais são empresas, e se elas evidenciam a responsabilidade socioambiental por meio do modelo proposto pelo IBASE. Sendo importante comparar estes indicadores para observar como estão evoluindo numa data base, e se esses critérios são suficientes para julgar se a (s) empresa (s) estudada (s) podem ser classificada (s) como uma entidade sustentável.

Contribuindo para novas pesquisas na área acadêmica mais detalhada sobre a responsabilidade socioambiental das empresas em setores diferentes do mercado nacional e internacional, como também auxiliar a sociedade na construção de conhecimentos adequados sobre a forma como as empresas evidenciam sua responsabilidade socioambiental, além de contribuir para as entidades que buscam ou utilizam essa estratégia de sustentabilidade para agregar valor (positivo) perante a comunidade.

### **1.3 Procedimentos Metodológicos**

Serão discutidos nesta seção, os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento desta pesquisa, onde indicarão os meios necessários para alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

#### *1.3.1 Classificação da abordagem do problema da pesquisa*

O presente estudo é caracterizado em pesquisa qualitativa e quantitativa, nessa abordagem buscou-se verificar as empresas tabagistas listadas na BM&FBOVESPA, que utilizam o balanço social (modelo IBASE) como uma forma de evidenciação da responsabilidade socioambiental das mesmas.

Na pesquisa qualitativa, cada procedimento e mecanismo utilizado, faz com que o pesquisador obtenha conhecimento sobre a dimensão do que se deseja evidenciar e

analisar, excluindo os métodos utilizados na pesquisa quantitativa (questionários e formulários), as técnicas da pesquisa qualitativa são muito determinantes, quando se busca compreender melhor uma temática do qual não se tem juízo preliminar considerável, para analisar conceitos pouco vistos e ideias inovadoras. (CHUEKE & LIMA, 2012)

A abordagem quantitativa é dada por meio da mensuração, ou seja, quantificar em valores numéricos as informações a serem caracterizadas e examinadas, por meios estatísticos (porcentagem, media, moda, etc), refutando ou não determinada hipótese. (BARROS, 2008)

### *1.3.2 Classificação quanto aos procedimentos técnicos*

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é documental. Foram manuseados os relatórios das empresas visando encontrar os elementos de divulgação das suas ações de responsabilidade socioambiental.

A pesquisa documental é um instrumento que aplica métodos e técnicas com o objetivo de executar, entender e verificar os mais variados tipos de documentos que não receberam ainda uma abordagem analítica. (SILVA, J. R., et. al., 2009)

### *1.3.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa*

Com relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva, uma vez que descreve a realidade a partir dos documentos examinados, no que se refere ao balanço social das empresas investigadas, e classificada também como estudo de caso, já que aborda um ambiente a ser estudado e compreendido de forma mais detalhada, no caso os indicadores socioambientais que compõem os Balanços sociais das empresas analisadas.

A pesquisa descritiva tem como objetivo, expor as particularidades de determinada população ou evento, ou nas relações de estabelecimento entre elas, tendo como uma de suas principais características a aplicação da coleta de dados. (SILVA & MENEZES 2005 apud GIL, 1991).

A pesquisa caracterizada como estudo de caso, possui como foco um estudo mais detalhado e profundo de um fato particular, de grande importância pelo tamanho da magnitude, de maneira a consentir, uma vasta e descritiva noção do fato. (MONTEIRO, 2009)

#### *1.3.4 Universo da pesquisa e amostra*

No Brasil estão regularizadas a atuar no mercado tabagista nacional, de forma geral, 13 indústrias de cigarros e fumos, de diferentes tamanhos e segmentos do mercado pela Receita Federal. (RECEITA FEDERAL, 2013)

A população do estudo compreende as indústrias de cigarros e fumos listadas na BM&FBOVESPA, a partir dos relatórios anuais publicados na bolsa de valores. Para compor a amostra do estudo foi selecionada a empresa Souza Cruz S/A, após sua classificação de acordo com os critérios adotados na tabela 1 desta pesquisa, vista com mais detalhes na seção (Resultados e Discussões) mais adiante. Outro fator que influenciou a escolha da referida empresa foi à facilidade de acesso as informações para a obtenção dos resultados pretendidos neste trabalho, considerando-se os relatórios socioambientais publicados no ano 2008 a 2011.

#### *1.3.6 Procedimentos de coleta de dados*

Os dados necessários para o referente estudo foram coletados nos demonstrativos divulgados da (s) empresa (s) escolhida (s), sendo verificados os indicadores socioambientais que formam o balanço social da empresa, servindo de base para as informações necessárias ao referido estudo.

Utilizou-se o site da BM&FBOVESPA, para verificar o quadro de todas as empresas que divulgam ou não os relatórios de sustentabilidade (balanço social) ou similar, além do site da empresa do ramo tabagista que participa da BM&FBOVESPA, para a coleta e análise dos dados possibilitando o desenvolvimento deste trabalho.

#### *1.3.7 Tratamento dos Dados.*

Com os dados em mãos obtidos nos relatórios de sustentabilidade foram organizados e tabulados com o auxílio da ferramenta da Microsoft Office Excel versão 2010. Esses dados serviram de fundamentação para analisar o comportamento da (s) referida (s) empresa (s) em relação aos indicadores socioambientais evidenciados por ela (s).

Para chegar ao resultado buscou-se primeiramente fazer um levantamento das empresas cadastradas na Receita Federal que estão regularizadas a atuar no Brasil, depois foi feita a verificação dessas empresas na BM&FBOVESPA para identificar quais empresas possuem

ações na bolsa de valores, feito isso passou a verificar quais empresas publicam o Balanço Social no modelo IBASE, depois desse primeiro levantamento buscou identificar quais são as empresas do ramo tabagista que possuem o perfil para o referido estudo.

Após essa fase preliminar procurou por meio dos balanços sociais publicados pelas empresas classificadas, a identificação e análise dos indicadores sociais e ambientais que compõem aquele demonstrativo contábil, restringindo-se apenas a esses dois tipos de indicadores para analisar o comportamento das empresas tabagistas em relação à sociedade e o meio ambiente.

Para o cálculo da base dos indicadores socioambientais foi necessário a utilização dos indicadores econômico-financeiros para a formulação dos índices comparativos, servindo como base para esse cálculo o trabalho publicado por Olak et al (2011), na qual sugere, quais indicadores econômico-financeiros são mais importantes a serem evidenciados numa pesquisa, tendo destaque os indicadores: o Resultado Operacional (RO), Receita Líquida (RL), Folha de Pagamento Bruta (FPB) e o Valor Adicionado Total (VAT).

Para análise dos indicadores socioambientais utilizamos alguns dos principais evidenciados no Balanço Social, tendo como base desta análise e comparação o trabalho publicado por Godoy et al (2007), que na qual sugere quais indicadores sociais internos e externos, e ambientais são relevantes numa pesquisa.

Após essa etapa buscou evidenciar e comparar a evolução de cada indicador socioambiental com os indicadores econômico-financeiro, ano a ano, tomando como ano base dessa análise o ano de 2008, e por fim será analisado o desempenho dos mesmos, a fim de averiguar se é negócio para empresa (s) investir no setor ambiental e social.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A História da Responsabilidade Social**

A responsabilidade social é composta por práticas sociais que são utilizadas pelas entidades em favor da comunidade, com o objetivo de contribuir para uma sociedade melhor, assim como produzir uma rentabilidade satisfatória a empresa. (FERNANDES, 2000)

Na década de 50, mais precisamente nos Estados Unidos da América e na Europa, surgiram os primeiros movimentos sociais no que se refere à relação entre empresa e comunidade, esse acontecimento consistia no fato de ter o bem estar social como principal fonte de conflito entre ambas, tendo na classe operaria das indústrias o fato gerador dessa nova corrente de pensamento, onde eles reivindicavam melhores estruturas de trabalho. (TINOCO, 2008, p.22 a 23)

A partir do Pacto Global das Nações Unidas no fim dos anos 90, em que se discutiu o papel das empresas na globalização da responsabilidade social, os debates sobre esse tema ganharam novos caminhos, e passou a desenvolver uma nova conduta ética da empresa perante a sociedade em geral, deixando de lado velhos conceitos e práticas empresariais em que apenas o lucro era visto como a única forma de se manter em pleno funcionamento uma organização. (DIAS, R., 2006)

No Brasil os primeiros passos desse movimento ocorreram na década de 60, com a inauguração da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), sendo a mesma caracterizada como uma empresa que tinha a função social bem definida no seu estatuto, onde as políticas sociais eram voltadas para a preocupação do bem estar dos funcionários na execução de seus trabalhos dentro da entidade, como também uma atenção diferenciada as questões sociais relacionadas à comunidade que a cercava, mas essa corrente social só ganhou força três décadas depois com o auxílio das organizações não governamentais. (VIEIRA, 2006)

No cenário atual, a Responsabilidade Social caminha para um conceito cada vez mais considerável para o desempenho das organizações, pois representa impactos diretos que a empresa pode sofrer com relação aos seus objetivos, suas estratégias de mercado e na finalidade de exigir da organização, não visando apenas gerar lucros, como também constantemente buscar fixar seus relacionamentos éticos e sua postura de transparência na gestão da empresa com a evidenciação de informações relevantes para os diferentes

usuários, contribuindo para a conservação de sua imagem e a confiabilidade diante da sociedade. (ORENGO & ABREU, 2009)

Uma empresa quando investe em práticas de responsabilidade social, ela ganha um ponto estratégico no mercado, aumentando assim sua competitividade sobre os seus concorrentes, construindo e fixando a marca da entidade, representando um investimento para o desenvolvimento sustentável e o progresso da empresa. (PASSADOR, 2002)

A evolução da responsabilidade social das empresas foi impulsionada pelo desejo crescente da população em buscar produtos e serviços que não satisfaçam apenas as necessidades individuais, mas também que contribuíssem para a melhoria do bem estar social da comunidade, junto com a preservação do meio ambiente, buscando um planeta mais sustentável para as futuras gerações.

### *2.1.1 Marketing Social*

A concorrência crescente das empresas fez com que surgissem produtos e serviços inovadores com atributos melhores, sendo muito bem absorvidos pela população, um dos recursos utilizados nessa estratégia é a valorização da imagem da organização com características socialmente responsáveis, influenciando na decisão final dos compradores na hora da aquisição desses produtos. (SALGADO JUNIOR et. al., 2007)

As empresas ao adotarem uma imagem de excelência empresarial no que se refere à eficácia e a eficiência dos seus objetivos na comunidade passaram a ser vistos como um exemplo para sociedade contemporânea de forma que as organizações clássicas buscam apresentá-las como principal objetivo de sua imagem, igualando-se a imagem de valor atribuída pela comunidade em relação aos clubes de futebol, entidades beneficentes, universidades, igrejas, dentre outras, passando a entidade a ser investidora desse valor na sociedade, transformando-se em um exemplo de veneração pela população contemporânea, onde as expectativas dessas organizações excedem os aspectos econômico-financeiros das mesmas, buscando desempenhar uma função de política social muito mais abrangente, almejando inclusive de defender os interesses da coletividade inerentes aos cidadãos. (SALGADO JUNIOR et. al., 2007)

Esse é o papel do marketing Social, praticado atualmente pelas entidades, como um instrumento que permite adicionar novos valores a imagem das organizações, sendo resultado da busca inovadora das atuais requisições do mercado. Na visão dos clientes da atualidade não existe mais apenas a preocupação em conhecer simplesmente as

funcionalidades de um produto ou serviço, indo, além disso, buscando saber se as empresas ao fornecerem tais itens, praticam a responsabilidade social no progresso da comunidade. (TUNIN & MOLINA, 2010)

O marketing social pode ser entendido como procedimentos de gestão inovadora de caráter comportamental e dos exercícios de conduta ética da empresa na sociedade, utilizando métodos mercadológicos e de informações estratégicas, para promover a condição mais próxima do bem estar social, buscando traçar planos bem definidos ao seu planejamento estratégico, a empresa procura formular e executar políticas de ações sociais para satisfazer as necessidades da comunidade que ainda não tenham sido atendidas, estabelecendo assim novos paradigmas.

O planejamento estratégico e ambiental é altamente relevante na fixação dos valores associados à imagem organizacional, que serão adotados por elas, além do planejamento da missão empresarial a ser vista dessa entidade, pois é partindo desses instrumentos estratégicos que as organizações conseguem ver se suas ações planejadas serão executadas, servindo de guia para a definição e o avanço dos planos e programas de curto e médio prazo, além de admitir a variação dessas ações em prol de objetivos comuns, desenvolvendo produtos e mecanismos de produção ambiental saudável, gerando oportunidades para aperfeiçoar a imagem da corporação, economizando recursos monetários e atendendo as necessidades dos consumidores, no sentido de conservar uma alta qualidade de vida dos seus usuários, preservando o meio ambiente. (TACHIZAWA, 2006)

O marketing socioambiental vem sendo praticado atualmente como uma nova ferramenta tecnológica na gerência da entidade, sendo cada vez mais destacado pelas empresas, como uma forma a ser implantada em um mercado altamente competitivo. (SALGADO JUNIOR et. al., 2007)

No relacionamento das causas sociais com a criação da imagem de valor da marca da empresa, possuem algumas variáveis de difícil interligação, porém para que os objetivos de ambos os lados sejam atendidos é necessário que haja um compromisso de parceria entre sociedade e a entidade, para que busquem a harmonia do bem estar socioambiental junto com o sucesso da organização. (MEDEIROS, 2006)

### *2.1.2 Sustentabilidade socioambiental*

As discussões sobre a sustentabilidade socioambiental adquiriram maior relevância na proporção em que a preservação do meio-ambiente torna-se cada vez mais debatido pela sua grande importância para a sociedade no geral, acarretando inclusive assuntos polêmicos que abordam a área empresarial, estatal, e acadêmicos. (OLIVEIRA, BORGES, JABBOUR, 2005)

O conceito de sustentabilidade é um processo, que se modifica a medida que a relação entre sociedade e o meio ambiente se desenvolve, assumindo diversas abordagens e visões, para as soluções das questões socioambientais, devendo ser considerado os aspectos relativos as dimensões do mesmo, junto com as dimensões econômicas, de recursos renováveis e não renováveis, e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. Exibindo progressos em busca da sustentabilidade do planeta. (BELLEN, 2005)

Na visão das sociedades corporativas o conceito de sustentabilidade tem tomado proporções complexas, fazendo analogia à teoria triple-bottom-line, em que as dimensões econômicas, sociais e ambientais, que constituem a abordagem da sustentabilidade, têm surgido como modelo de interpretação para as empresas, contudo essas dimensões tem se tornado um grande desafio para a gestão dessas organizações. (SILVA & QUELHAS, 2006)

É importante destacar que em países em desenvolvimento, na maioria das vezes valorizam mais o crescimento econômico em desfavor das questões socioambientais, pelo motivo da falta de recursos financeiros, eles procuram no desenvolvimento econômico uma forma de melhorar a vida da população, assumindo caráter de maior relevância para o bem estar socioeconômico, tendo em contra partida a escassez dos recursos naturais. (SILVA & QUELHAS, 2006)

Na prática da gestão de sustentabilidade socioambiental, as empresas passaram a adotar uma postura muito mais estratégica do negócio do que simplesmente algo a ser conceituado por alguns departamentos internos da entidade, abrangendo essas informações de gestão sustentável para toda a cadeia hierárquica organizacional, se tornando um processo contínuo, buscando harmonizar as legislações específicas que regulamentam as empresas que adotam essa estratégia de negócio, com o comportamento ético sustentável da empresa.

## 2.2. Contabilidade Social e Ambiental

No histórico da ciência contábil pode se notar que ela está ligada de forma direto-indireta a evolução da civilização da humanidade, desde primórdios da sociedade, nas últimas décadas a crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta fez com que essa ciência ganhasse uma nova postura frente à necessidade de fornecer informações mais precisas aos seus usuários sobre os impactos socioambientais que as companhias vêm proporcionando ao planeta. (VANZO & SOUZA, 2008)

A ciência contábil para atender as necessidades dos vários públicos da contabilidade passou a ramificar suas especialidades, dentre elas destacam-se a contabilidade ambiental, contabilidade social e gerencial (ALBUQUERQUE, 2009). A ciência contábil de caráter social pode ser definida como o estudo do fluxo das variações patrimoniais entre a entidade, sociedade e no meio ambiente. (SANTOS, 2003)

O surgimento da Contabilidade Social é influenciado pelo desenvolvimento da economia global, onde as organizações empresariais buscam assumir um papel maior diante da comunidade, admitindo obrigações que estão além de sua função legal. Esse novo papel está direcionado para as questões socioambientais, com a adoção de estratégias de responsabilidade socioambiental, sendo de grande relevância para a gestão da empresa. Diante disso a contabilidade agregou mais uma função em seu escopo, passando a ter o compromisso de gerar informações aos diferentes usuários, sobre as questões sociais. (SÁ, 2013)

Na ramificação da contabilidade em social ou ambiental, na maioria das vezes gerava um conflito de definição por parte dos seus usuários, sendo interpretada de forma errada como uma ciência que se destinava a cuidar apenas das contas nacionais de um país, não sendo de fácil entendimento a distinção entre ambas. (VANZO & SOUZA, 2008)

Christophe (1992) citado por Tinoco (2008, p.100) retratou a contabilidade ambiental, como sendo um dos segmentos da ciência contábil, que tem por objetivo gerar informações úteis para os gestores, sobre os impactos ambientais (diminuição dos recursos naturais) causados pelas atividades da entidade, como também sendo utilizada para ajustar as tomadas de decisão dos administradores para impedir esses impactos.

A finalidade da contabilidade com foco social, não está apenas restrita ao estudo das legislações nacionais e internacionais para a construção das demonstrações do valor adicionado (DVA) e do Balanço Patrimonial (BP), mas abrangendo também em seus objetivos específicos a divulgação das informações com características de prevenir a

comunidade sobre a verdadeira situação social e ambiental na esfera nacional e internacional, seguindo no caminho da sustentabilidade do planeta. (KROETZ, 2013)

Seus objetivos como ciência da contabilidade, é averiguar as circunstâncias das transações socioeconômicas, tornando as informações mais relevantes aos gestores e aos stakeholders da organização, sobre as questões sociais, além de colaborar de forma positiva ou negativa, em relação à geração de riqueza entre a organização e a comunidade. (SILVA, L. I.; 2008)

Por ser um segmento bastante recente na ciência contábil, a contabilidade ambiental não possui uma padronização na elaboração de sua estrutura de aplicação, o que indica um espaço a ser preenchido no mercado, possibilitando aos contabilistas estudos e desenvolvimentos de novas técnicas mais eficientes e práticas para o emprego desta especialidade da contabilidade. (GARCIA & OLIVEIRA, 2012)

As organizações que optarem pela prática da responsabilidade socioambiental fica subordinadas as informações divulgadas pela contabilidade social/ambiental, no auxílio para a tomada de decisão dos gestores em relação a sua administração na entidade, avaliando os possíveis impactos da mesma diante de uma gestão transparente na sociedade, por meio de instrumentos de evidenciação das informações disponibilizadas para todos os setores da população, contribuindo com os objetivos da entidade, dos stakeholders e também para a melhoria de sua imagem. (KRAEMER, 2005)

A necessidade das empresas de comprovar à sociedade a forma como encara a prática da responsabilidade social frente aos problemas criados ao meio ambiente, levou a criação do Balanço Social, um demonstrativo contábil que visa apresentar as ações da empresa no sentido de minimizar os problemas socioambientais. (ARAGÃO, 2010)

A partir dessas informações a entidade poderá ter competência para planejar os seus objetivos socioambientais futuros e verificar conseqüentemente, se as estratégias adotadas surtiram efeitos ou não, como também verificar problemas relacionados à sua gestão no presente, sendo capaz de detectar e resolver os mesmos, essas estratégias a médio-longo prazo poderá identificar se a empresa terá condições para a continuação da sua vida, respeitando o princípio da continuidade da ciência contábil. (KRAERMER, 2005)

É nesse sentido que o profissional da área da contabilidade necessita de uma formação que amplie as limitações dos métodos e dos procedimentos utilizados no exercício da profissão, para incluir o registro contábil relacionado ao meio ambiente, como uma forma de grande relevância para gerar informações úteis aos tomadores de decisão da empresa, sendo um grande desafio para a contabilidade socioambiental, pelo fato da mesma ser considerada

como uma ciência contábil associada à ciência ecológica e a outras ciências sociais, tendo critérios de mensuração e evidenciação complexos na tradução em números dos impactos socioambientais ocorridos na sociedade pela as organizações.

### 2.2.1 Disclosure Voluntário

Ao definirem normas para a divulgação das informações evidenciadas, pelas empresas na busca de garantir melhores qualidades nas demonstrações contábeis, o governo e os órgãos regulamentadores se deparam com questões de informações de dispositivos que não possuem características de evidenciação obrigatória, valendo-se da conduta ética e responsabilidade corporativa dos gestores para a divulgação das mesmas, proporcionando uma maior relevância das demonstrações contábeis para o seu público interno e externo, onde surgem os primeiros passos para as discussões sobre a prática do *disclosure* voluntário em nível mundial. (GONDRIGE, 2010)

As informações evidenciadas voluntariamente pelas entidades tem se tornado o objeto de grande relevância, devido ao fato da globalização dos investimentos e as crises econômicas que tem acontecido nos últimos anos. Diante dessas evidenciações feitas pelos gestores da organização aos investidores, esses últimos podem analisar o desempenho e as projeções futuras dessa organização, auxiliando na decisão de investir ou não o seu capital na referida empresa, além desse fato analisado, existem as adversidades informacionais e os conflitos de interesse entre os administradores e os acionistas, aumentando assim a necessidade de relatórios financeiros e práticas de *disclosure* com melhores qualidades. (GONDRIGE et. al., 2011)

O termo *disclosure* é globalmente utilizado para designar a evidenciação das informações contábeis, em relação as suas características formais ou informais que proporcionam uma maior relevância nos relatórios gerenciais divulgados, contribuindo assim para a tomada de decisão dos usuários internos e externos. (MARIANI, 2009)

Na definição de *disclosure* as informações contábeis evidenciadas podem ser mensuradas de duas formas: quantitativas (em números) ou qualitativas (sentenças), e divulgadas pela entidade por meio de caminhos formais como as demonstrações contábeis padronizadas por lei, ou canais informais como é o caso dos sites da empresa na web, com o objetivo de gerar informações úteis e acessíveis aos diversos usuários, sua definição também está associado ao conceito de transparência corporativa, onde é conceituada como a divulgação de informação exata e clara no desempenho operacional, financeiro, de governança, de valores e riscos, e das oportunidades de investimento. (ROVER & MURCIA, 2010)

A importância da evidenciação voluntária está mais voltada para os usuários externos da organização do que propriamente o usuário interno, pelo motivo de quanto mais complexo for à importância da informação para o investidor, maior será dada a relevância as demonstrações contábeis na constituição do contrato entre a empresa e o investidor, assim o *disclosure* voluntário produz informações que excedem as peças contábeis, por meio de informações distribuídas pelos gestores. (MURCIA & SANTOS, 2009)

Classifica-se o *disclosure* voluntário em quatro categorias distintas de informação, sendo as seguintes relacionadas (SANTOS et al, 2012):

Quadro 1: Classificação do Disclosure Voluntário.

Características	Descrição
Estratégica	Plano de atuação da empresa no mercado, sendo composto pelo planejamento estratégico (visão, missão, metas e objetivos da entidade, o produto/serviço, a competitividade do negócio, dentre outras informações);
Financeira	Refere-se da realidade da situação econômico-financeira da empresa evidenciadas aos seus usuários
Ambiental	Divulgação dos resultados das políticas ambientais e de seus impactos relacionados às estratégias adotadas pela empresa ao meio ambiente
Social	Refere-se as informações sobre a prática da responsabilidade social da organização junto a comunidade evidenciadas nos relatórios gerenciais.

Fonte: Adaptada do autor (SANTOS et. al., 2012)

No conjunto de evidenciações de uma entidade, existe uma reunião de informações não obrigatórias, mas que são de relevante importância para a fundamentação da tomada de decisão do público interno e externo da organização, além das informações de essência obrigatórias, sendo de inteira responsabilidade do gestor da entidade o julgamento do valor da importância dessas informações não obrigatórias e a utilidade de sua divulgação, como também é indispensável uma análise preliminar referente ao custo ou benefício na escolha desses dados liberados para o mercado, o conjunto dessas características não obrigatórias



divulgadas pela entidade, chama-se de *disclosure voluntario*, onde os gestores os utilizam em favor dos interesses da organização. (GOMES, P. H. et. al., 2012)

Dentre os custos que a evidenciação voluntaria pode trazer para a empresa, destacam-se os custos relacionados com: preparação e auditoria das demonstrações contábeis, a oportunidade do negócio, a propriedade e a publicação (diários oficiais dos governos e nos jornais de grande expressão). Já os benefícios trazidos por essa prática pode-se destacar como exemplo: o menor custo do capital próprio e de terceiros, as ações mais rentáveis da organização na bolsa de valores etc. (SOARES, 2010)

O *disclosure* voluntário pode trazer várias vantagens empresariais além dessas citadas anteriormente, destacam-se também dentre elas a fiscalização das práticas empresarias desenvolvidas pelos gestores da entidade por meio da análise dos relatórios gerenciais verificados pelos investidores, e as políticas de defesas dos acionistas minoritários na organização. (MURCIA & SANTOS, 2009)

Porem é possível notar que existe uma barreira imposta pelas organizações para conter o seu nível de *disclosure* voluntário, pelo fato da cobrança cada vez maior dos órgãos regulamentadores sobre a prática de uma gestão mais transparente. Para os *stakeholders* da entidade o papel da transparência na gestão da organização é o objetivo desejado a medida que diminui os riscos da empresa e proporciona mais qualidades nas decisões econômicas. (GODOY & COSTA, 2007)

O grau de credibilidade e da qualidade da informação depende da eficácia da evidenciação voluntária que por sua vez existem duas formas para aumentar o mesmo, que são elas: a análise da qualidade dos relatórios emitidos pelos gestores da organização por meio de mecanismos intermediários, e a verificação e confirmação dos *disclosures* voluntários passados, porem essa eficácia só terá efeito a partir do momento em que houver as punições para os gestores da organização que comprovadas a intenção de transmitir informações falsas da entidade para a sociedade, com o intuito de gerar riquezas posteriormente. (MURCIA, 2009).

Diante desse novo cenário mundial em que as organizações buscam ter uma gestão mais transparente sem que saia dos seus objetivos internos e ao mesmo tempo ganhe mais investidores para aplicar o seu capital na organização, é necessário que gestores saibam avaliar os seus *disclosures*, pois é a porta do sucesso empresarial. A evidenciação voluntária futuramente tornará obrigatória para todas as empresas que buscam uma excelência empresarial, pelo motivo de sua divulgação ser mais precisa e retratar a realidade da entidade aos seus usuários. (SILVA, ALBERTON, VICENTE, 2012)

O disclosure voluntário pode ser considerado como a propaganda (o objetivo) do negócio, pois à medida que a empresa estabelece planos estratégicos que tem como principal prática, a evidenciação voluntaria das informações acerca do seu desempenho econômico, financeiro e socioambiental para a sociedade, ela ganha não só retornos financeiros para a organização, mas também contribui de forma direta e indireta para a evolução do pensamento e da prática empresarial junto à população.

### *2.2.2 Evidenciação socioambiental*

Na área contábil o conceito de evidenciação das informações é entendido como uma obrigação intransferível da contabilidade aos seus usuários, além do alcance dos seus objetivos próprios, vale ressaltar que as estruturas de evidenciação podem ser diversificadas, porém prevalece à essência sobre a forma sendo um dos fundamentos básicos contábeis representados por informações qualitativas e quantitativas de suas demonstrações, com o objetivo de proporcionar dados mais ajustados para a melhor compreensão dos usuários, não divulgando informações abusivamente sintetizadas ou as escondendo, fragilizando assim a relevância das evidenciações, sendo mais aceitável excedê-las para assegurar sua interpretação. (IUDÍCIBUS, 2004, p. 129)

A história do surgimento da evidenciação social teve suas características próprias difundidas a partir da década de 80, como complemento da contabilidade financeiro sendo um dos tópicos de divulgação contábil de abrangência e relevância grande, para o público interno e externo da organização adotando uma postura mais rigorosa na tomada de decisão sobre as demonstrações contábeis publicadas. (EUGENIO, 2010)

Atualmente nota-se um crescimento no nível das informações socioambientais divulgadas pelas entidades, devido à preocupação dos gestores em aumentar os *disclosures* da transparência de sua gestão, para que organização seja vista pela sociedade em geral como responsavelmente sustentável, atraindo e mantendo investidores, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Dessa forma a evidenciação das mesmas, vem contribuindo como mecanismo de validade do processo decisório da gestão, mostrando que a fiscalização mais rigorosa feita pelos stakeholders da entidade sobre o desempenho da mesma, tem contribuindo para que esse instrumento de evidenciação socioambiental torna-se de grande relevância diante da organização. (SAMPAIO et. al., 2010)

O disclosure socioambiental apresentado aos usuários deve ser fidedigno a realidade da entidade, tornando claros os fatos evidenciados pela organização, facilitando na gestão transparente e responsável da mesma, sem que ocorram represálias pela sociedade ao seu

desenvolvimento. (FREITAS & STRAUSSBURG, 2006). Como também os casos de práticas negativas, que por ocorrência as entidades venham a desenvolver no futuro, devem ser evidenciados, mesmo que prejudiquem os seus interesses. (TEIXEIRA, SILVA, PEREIRA, 2011). Tendo no público externo da organização, os principais usuários dessas informações e os seus efeitos causados ao meio ambiente. (BRAGA, C.,2007)

A divulgação das informações de caráter socioambiental tem como instrumento de publicação os relatórios de sustentabilidade, mesmo não tendo um modelo padrão utilizado pelas empresas para a divulgação dessas informações. No Brasil vale destacar, que na legislação vigente apenas as companhias de capital aberto são obrigadas a evidenciar suas informações socioambientais, conforme a lei 11.638/07, mas em relação a esse *disclosure* das demonstrações contábeis evidenciadas em conformidade com a legislação, apenas a distribuição do valor adicionado é uma forma de evidenciação dessas informações, porém essa demonstração só divulga dados no que se refere à geração de riqueza da organização em um determinado exercício para os stakeholders. (MOURA et. al., 2010)

A importância em se evidenciar informações contábeis de característica socioambiental, é pelo fato da tomada de decisão das organizações terem como base nesses dados extras, para que elas possam ter maior segurança de que os recursos aplicados em políticas sociais, não acarretem prejuízos para a entidade de forma direta, como por exemplo, na elevação do preço ou a baixa qualidade do produto. (CASTRO, SIQUEIRA & KUBRUSLY, 2007)

Evidenciação socioambiental é um instrumento adicional da contabilidade utilizado para avaliar, mensurar e divulgar as informações úteis da empresa, por meio de indicadores que compõe os demonstrativos contábeis, agregando valor ainda mais relevante, na tomada de decisão dos gestores na execução do planejamento estratégico da organização, como também para os stakeholders na hora de investir ou fiscalizar a empresa.

### **2.3 Balanço Social**

A adoção da prática da responsabilidade social nas empresas está crescendo ao longo dos anos, devido à competitividade do mercado globalizado além da consciência crítica da sociedade em geral, que por sua vez estão exigindo mais ações sociais por parte do governo e da classe empresarial, no sentido de contribuir para a melhoria da condição da vida humana e a preservação do meio ambiente. (RAMOS, SILVA, PRUDENCIO, 2011).

No desenvolvimento das ferramentas contábeis que antigamente se restringia apenas a publicação das informações de características patrimonial, financeira e econômica. Sendo excluídas as informações de cunho social e ambiental, está relacionada ao fato dessas serem vistas como dados irrelevantes para a contabilidade, pois os mesmos eram de difícil mensuração ou a inexistência de estudos estruturados para a alocação dessas informações, que fosse capaz de agregar tais conhecimentos além das tradicionais evidenciadas, mas com a evolução da sociedade mostrou que essas informações irrelevantes tidas antigamente são verdadeiramente de extrema importância para a gestão de qualquer organização. (ARANTES et. al., 2012)

### *2.3.1 História do Balanço Social*

A partir do século XX, era possível verificar a existência de manifestações em prol da responsabilidade social nas empresas, mas o crescimento desse movimento se deu somente por volta dos anos 60 e 70, destacando-se alguns países como os primeiros dessa corrente social, dentre os participantes estão às seguintes nações: Estados Unidos da América, França, Alemanha e Inglaterra, essa última nação teve uma postura mais rigorosa sobre o comportamento responsável dos empresários daquela época culminando diretamente com a necessidade de evidenciar os intitulados balanços sociais. (TREVISAN, 2002)

Porém a origem propriamente dita do balanço social por alguns autores esteve por volta da década de 20 na Alemanha, onde as classes operárias lutavam por divulgações de informações relacionadas à função exercida e as condições de trabalho nas organizações. Em 1977 na França, o balanço social era exigido por lei (Lei nº 77.669/77) para as empresas que tivessem mais de 750 operários e anos mais tarde baixando para 300 funcionários, sendo pioneira no mundo a possuir uma legislação específica para o assunto. (ARAÚJO, 2003)

A Holanda foi o primeiro país a divulgar relatórios sociais, de duas formas: por meio de jornais internos da empresa, ou anexados aos relatórios anuais dos gestores, com o objetivo de evidenciar informações sobre as condições de trabalho e dados estatísticos em relação ao emprego, além de informações econômico-financeiras. (TINOCO, 2001)

Já no Brasil, a publicação em 1965 da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE BRASIL), foi o marco inicial da influência do pensamento de responsabilidade social no Brasil, duas décadas depois, o Brasil elaborou o primeiro modelo nacional de divulgação das atividades

de qualidade social, mas na década de 90 foi onde as empresas nacionais e multinacionais passaram a adotar com mais atenção, essa nova roupagem das informações sociais que fazia parte agora das organizações. (TREVISAN, 2002)

No final dos anos 90 no Brasil, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do sociólogo Herbet de Souza (Betinho) em organização com outras entidades, criou e divulgou uma campanha em nível nacional, em prol da conscientização das organizações em divulgar a responsabilidade das mesmas, por meio do balanço social. (LAN et. al., 2011)

O balanço social é um demonstrativo que foi originado com a finalidade de evidenciar as informações sobre a responsabilidade socioambiental das organizações, essa evidenciação está sendo bastante debatida pelas nações. Esse demonstrativo pode ser elaborado e analisado em quatro segmentos: o balanço ambiental, de recursos humanos, os benefícios e a contribuição social, além da demonstração do valor adicionado. (SANTOS, 2003)

### *2.3.2 Visão Conceitual e os objetivos do Balanço Social*

O balanço social é definido como um instrumento de evidenciação socioambiental da empresa, utilizando a divulgação dessas informações contábeis ao público, objetivando a transparência da gestão através da prática da responsabilidade social adotada pela organização, podendo receber outros nomes além da designação de balanço social, entre essas nomenclaturas destacam as seguintes mais utilizadas: Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Corporativo, Relatório Social e Relatório Socioambiental, porem todas tem o mesmo objetivo. (OLIVEIRA, 2013)

Como excelente ferramenta de gestão, o Balanço Social tem por objetivo principal o *disclosure* dos investimentos feitos pelas empresas nas áreas: social e ambiental, esse instrumento serve, ainda, como uma forma de *marketing social da organização*, onde os públicos internos e externos (funcionários, fornecedores, governo, etc) verificam como os recursos gerados pela empresa estão sendo aplicados em benefício da população e da preservação do meio ambiente. (JUNIOR& SILVA 2008)

O Balanço Social é um veículo de dados em que permite à coletividade ter conhecimento das ações empresariais. Esse conhecimento se confere mediante a divulgação de um conjunto de informações úteis, normalmente agrupadas em indicadores (como por exemplo, indicadores financeiros, sociais e do corpo funcional) que demonstram, dentre outras coisas, os gastos e aplicações feitas em prol dos empregados e em benefício da comunidade, além

de incluir, as informações sobre os aspectos ambientais e os aspectos da formação e distribuição da riqueza gerada pelas empresas. O balanço social quando apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras tradicionais, é efetivamente a maneira mais eficaz e eficiente, de evidenciação e avaliação das atividades empresariais (CVM, 2013).

Ressalta-se que o Balanço Social não deve ser entendido como um instrumento de difícil entendimento, mas como um instrumento que pode desencadear um processo de gestão em que a conscientização e a prática da responsabilidade social na instituição sejam vivenciadas e buscadas por todos a cada exercício, e que igualmente possa servir de estímulo à superação de obstáculos por parte do corpo dirigente. (ALBUQUERQUE, 2009).

### 2.3.3 Usuários do Balanço Social

As informações evidenciadas por esse demonstrativo abrangem um leque diversificado de usuários, cada um deles com necessidades específicas, em um determinado dado divulgado, onde todos interagem com a empresa, sem que o balanço social perca suas características básicas de simplicidade e a sua forma única para os usuários, adaptando suas informações de acordo com as mudanças necessárias de seu público-alvo. Dentre seus usuários destacam-se: os gestores da organização, os operários, os acionistas, a sociedade, o governo, dentre outros que participam de forma direta ou indireta da organização. (MANTOVANI, 2010)

De acordo com Kroetz (2000, p.84) citado por Gerent (2006), as informações características de cada usuário que utilizam o balanço social são as seguintes:

Quadro 2: Tipos de usuários que utilizam o Balanço Social.

Usuários	Descrição
Trabalhadores	Buscam informações relevantes no balanço social para conseguir contribuições favoráveis na negociação da categoria com a empresa;
Acionistas	Procuram informações adicionais para fundamentar a tomada de decisão dos investidores na aplicação de seu capital na organização
Gestores da organização	Fazem levantamentos dos dados evidenciados para monitorar e melhorar o desempenho das

	estratégias futuras da empresa e o seu relacionamento com o ambiente onde está inserido
Fornecedores e consumidores	Buscam informações sobre a credibilidade das políticas sociais implantadas pela organização
Governo	Verificam se os dados divulgados pela empresa são condizentes com as políticas sociais adotadas por elas, e em quais regiões do país essas ações seriam melhores investidas.
Acadêmicos	Buscam fazer levantamento dos dados da empresa no que se refere à publicação dos balanços sociais, para utilizá-los em estudos futuros, nas mais variadas áreas de conhecimento.
Concorrentes	Compara as informações fornecidas pelos seus concorrentes, para traçar planos estratégicos de sua empresa, tornando-se competitiva no mercado.

Fonte: Adaptada do autor Gerent (2006)

Para Silva (2009) *apud* Herbert de Souza “Betinho” (1999) “o balanço social não tem donos, só beneficiários”, retrata que as informações divulgadas por esse demonstrativo, têm características apenas de contribuir para o progresso da sociedade em prol da sustentabilidade social, onde as informações divulgadas pelo balanço social não tem caráter só de interesse da empresa em si, mas de todos, que dela necessitem de forma direta ou indireta.

#### 2.3.4 Balanço Social e Legislação Vigente no Brasil

Os relatórios de sustentabilidade são constantemente repreendidos, pelo motivo de que suas informações evidenciadas, no mercado atual têm-se mostrado fragilizado na padronização da estrutura do balanço social e na sua transparência das informações disponibilizadas aos usuários, fortalecendo somente a área do marketing da organização. No Brasil, existem algumas regulamentações em relação à evidenciação do balanço social,

apesar de não ter leis em âmbito nacional que solucione esses paradigmas na sociedade. (CARVALHO & SIQUEIRA, 2005)

Projetos de leis já tramitaram no congresso nacional para tornar obrigatória a divulgação do balanço social, como por exemplo, o projeto de lei nº 3.166/97 que na época criado pelas deputadas Marta Suplicy e Maria da Conceição, onde tornava o balanço social obrigatório para todas as empresas em geral (públicas e privadas) que tivessem mais de 100 funcionários no seu quadro funcional, mas por motivos diversos, em fevereiro de 98 esse projeto lei foi arquivado, um ano depois seria reformulado pelo projeto de lei nº 0032/99 do deputado Paulo Rocha, que também não teve sucesso na aprovação desse projeto. (SOUZA, 2006)

Além desses, teve projeto de lei nº 1305/03 de autoria do ex-deputado Carlos Rodrigues (Bispo), que tratava sobre a responsabilidade social e empresarial, também teve êxito, mantém arquivado desde 2008 na Coordenação de Comissão Permanente (COPER) esse projeto dava ênfase a ética e a transparência da gestão empresarial em relação à evidenciação da responsabilidade social, onde as entidades são obrigadas a publicar o balanço social. (GOMES et. al., 2011)

O Conselho Federal de Contabilidade, em 2004 criou a Norma Brasileira de Contabilidade e Técnica- (NBCT 15), através da resolução nº 1003 de agosto de 2004, onde normatiza a evidencia das informações de caráter socioambiental, com a finalidade de demonstrar para a sociedade o conhecimento e a obrigação social das empresas em relação aos elementos e as informações obrigatórias e não obrigatórias da contabilidade, abrangendo por essa norma os dados de natureza socioambiental, dando ênfase às demonstrações da geração e distribuição da riqueza, os recursos humanos, a interação e interação da entidade com o ambiente externo, e a interação com meio ambiente. (KRUGER et. al., 2011)

Existe uma semelhança entre a NBCT-15 com os projetos de leis mencionados anteriormente, no que se refere aos instrumentos de divulgação da responsabilidade socioambiental das organizações para com a sociedade, cabendo ressaltar que a geração e distribuição de riquezas, que é obrigatório na lei 11.638/07 por meio da Demonstração do valor adicionado (DVA), onde é incorporado pela NBC-15 destacando como a diferença entre elas. (GOMES et. al., 2011)

Observa-se diante desse processo de regulamentação do balanço social no Brasil, expõe que estamos ainda em passos curtos para a obrigação das empresas em divulgar sua responsabilidade social junto à sociedade, tendo na NBC-15 um grande progresso para tornar nesse tema.



### 2.3.5 A formação do balanço social

A preparação do balanço social é constituída de duas etapas: na primeira etapa o individuo habilitado é designado para sua elaboração, onde deve gerar e distribuir a compreensão do documento, já segunda etapa abrange o cumprimento do trabalho planejado, após os ajustamentos de costume, em que os indicadores e as fontes de informação já foram previamente definidos. (TINOCO, 2008)

O balanço social é considerado por muitos stakeholders como principal instrumento de avaliação e análise das projeções e riscos da empresa, mesmo não sendo de caráter obrigatório, segue algumas regras de elaboração do mesmo, como serão destacadas a seguir (GODOY et. al., 2007):

**1º passo:** o balanço social deve conter uma mensagem do presidente da organização mostrando a definição e os acordos da empresa de forma sintetizada (expõe o sucesso e as dificuldades), depois as características do empreendimento (produto e serviço, a marca, a quantidade de funcionários, a data dos demonstrativos contábeis publicados, etc), em seguida, são expostas a informação da empresa especifica (histórica missão e visão estratégica, objetivos, etc);

**2º passo:** descrição da atividade organizacional através de relatório detalhado para os usuários desse balanço, como por exemplo: a relação entre as atividades executadas da empresa com os indicadores de seu desempenho, além da inclusão da ética empresarial e a visão futura para a empresa;

**3º passo:** o conjunto dos indicadores de desempenho nessa fase encontra-se descritos os indicadores econômicos (conflitos econômicos causados por ela na sociedade, o progresso e distribuição da riqueza), social (qualidade do trabalho para os funcionários, direito trabalhista e humano), e ambiental (informações sobre o impacto ambiental causado pela empresa);

**4º passo:** as informações anexas que merecem uma atenção especial do usuário, na interpretação dos indicadores de desempenho adotados pela a organização.

Para Kroetz (2000) citado por Gerent (2006), o balanço social possui alguns alcances, quanto a natureza da informação a ser evidenciada a sociedade, sendo definidos por eles

tais alcances, que são descritos como: limites de privacidade, de sigilo, de subjetividade, de uniformidade, de utilidade e de economicidade, exemplificadas a seguir:

- **Privacidade:** aprovação dos usuários interessados, sobre todas as informações evidenciadas nos balanços sociais; a menos que possua uma lei específica para isso;
- **Sigilo:** não podem ser evidenciadas nos balanços sociais, as informações de caráter essencial da organização que possa afetar o prosseguimento da mesma;
- **Subjetividade:** proibida a evidenciação de informações que saia da realidade da empresa nos relatórios de sustentabilidade;
- **Uniformidade:** de grande relevância para a interpretação das informações divulgadas nos balanços, com a finalidade de verificar o desenvolvimento de seus elementos;
- **Utilidade:** os dados evidenciados nos relatórios de sustentabilidade devem ajudar nas necessidades do público em geral;
- **Economicidade:** custo/benefício na elaboração e publicação do demonstrativo social, valendo ressaltar que os custos não podem ser maiores que os benefícios almejados pela organização.

O balanço social está aplicado a uma composição organizacional concebida para outros objetivos. Os serviços operacionais (abastecimento, produção, vendas, distribuição...) preparam as informações da gestão, que são comunicadas ao longo da hierarquia da empresa. Os serviços funcionais (pessoal, contabilidade e sistemas de informação) têm tripla capacidade: onde são enunciadas as informações sustentadas em relação aos outros departamentos da organização; tratando as informações derivadas de outros setores almejando na tomada de decisão pela gerência; elaboram e difundem os documentos destinados ao exterior da empresa. Três setores funcionais participam na elaboração do balanço social: o setor de pessoal, o de contabilidade e o setor de sistemas de informação. (TINOCO; 2008)

### *2.3.6 Tipos de Balanço Social*

Para que as informações analisadas a cerca do balanço social, se transforme num demonstrativo de fundamentação consideravelmente fidedigna, é necessário que haja uma

interação entre as vertentes do balanço social e os objetivos estipulados pela empresa nos seus planos estratégicos. Classificando como vertentes do balanço social as seguintes: balanço ambiental, recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade em geral. (PINTO & RIBEIRO, 2004)

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras – FIPECAFI (2000, p.31-32) citado por Dias *et al* (2008), apontou as características individuais de cada vertente do balanço social, sendo mostrado da seguinte forma:

- a) **Balanço social com aspectos ambiental:** engloba todas as despesas e aplicações feitas para programas de preservação dos recursos naturais em que a empresa atua, ou relacionados ao meio ambiente;
- b) **Recursos Humanos:** evidenciam as características da classe operária da entidade, pagamento de salários e adicionais concedidos, como também as despesas relacionadas com a população que envolve a entidade;
- c) **Demonstração do valor adicionado-DVA:** evidencia a geração e distribuição da riqueza pela empresa junto a sociedade;
- d) **Balanço social com aspectos de benefícios e contribuição a sociedade em geral:** demonstração das práticas das ações sociais da empresa feita em favor da comunidade.

Diante desses aspectos o balanço social, é definido como uma excelente ferramenta para reforçar os relatórios gerenciais da organização, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão e a implantação das estratégias projetadas pelos gestores.

## 2.4 Modelos de balanço social

O balanço social ainda não tem um modelo padrão para apresentação das informações, várias instituições se desempenham para criar modelos específicos, cada um com suas características e suas peculiaridades, de forma a facilitar o entendimento dos usuários dessas informações.

Existem três modelos de balanço social mais utilizado no Brasil, ou relatório de sustentabilidade, dois brasileiros sendo eles: o Instituto Brasileiro de Análises e Econômicas (IBASE) e o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, além de um americano adaptado a realidade brasileira, que é sugerido pela Global Reporting Initiative

(GRI). Todos apontam sobre a deliberação das informações mínimas a serem divulgadas, para dar maior transparência às atividades da corporação. Determinadas empresas lançam relatórios sustentáveis com formato próprio, comumente definido por sua área de entendimento, os quais não contem as informações mínimas exigidas por nenhum dos modelos-padrão (MEIRELLES NETO, 2009).

#### *2.4.1 Modelo ETHOS*

Em 2000, no Brasil foi lançada a primeira versão dos Indicadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, instrumento de caráter interno das companhias para análise da sua gestão quanto à inclusão de práticas de *responsabilidade social*. Em 2001, o Ethos publicou o Guia de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial. A ação tendia apoiar e auxiliar as empresas brasileiras na preparação e publicação de informações socioeconômicas e ambientais. O documento proporcionava grande semelhança com o documento da GRI. (LUCA; et. al. 2009)

Através do preenchimento dos Indicadores Ethos, que se apresentam no formato de questionário, as empresas conseguem fazer autodiagnóstico e levantar subsídios para o planejamento estratégico em sete temas: Valores, Transparência e Governança, Público interno, Meio ambiente, Fornecedores, Consumidores e clientes, Comunidade, Governo e sociedade. O preenchimento desses indicadores, é feito internamente pela empresa, a partir de um procedimento participativo abrangendo diferentes áreas e níveis hierárquicos. Logo após, as respostas são passadas para um sistema *on-line*, que avalia as performances da companhia em cada indicador e os apresenta em um relatório final, chamado de **Relatório de Diagnóstico** (ETHOS, 212).

#### *2.4.2 Modelo GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)*

A GRI é uma organização não governamental internacional, com sede em Amsterdã, criada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela entidade norte-americana Coalition for Environmentally Responsible Economies (Ceres). O objetivo da GRI é desenvolver, aprimorar e disseminar, globalmente, diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas de todo o mundo. Atualmente na terceira geração de diretrizes (G3), a GRI procura atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma utilidade e seriedade dos relatórios financeiros, conferindo-lhes o status de documento. (LUCA; et. al.; 2009)

Tendo como principal visão para a sustentabilidade global, o compromisso da rentabilidade em longo prazo com a justiça social e a preservação ambiental. Isso significa que, para as organizações alcançarem esse ideal de sustentabilidade, é necessário que seja abordado nas principais áreas de desenvolvimento econômico, desempenho ambiental, social e de governança. Quadro de Relatórios de Sustentabilidade GRI permite que todas as empresas e organizações a medir e relatar seu desempenho de sustentabilidade. Ao relatar de forma transparente e com responsabilidade, as organizações podem aumentar a confiança que as partes interessadas têm em si, e na economia global. (GRI, 2013).

O *Global Reporting Initiative* é um guia mais completo com diretrizes para mostrar a sustentabilidade com relevância internacional, sendo lançado em 2000, o seu primeiro guia de diretrizes. No Brasil esse guia difundido através do Instituto Ethos, já na terceira versão com um formato mais simples que facilita a elaboração dos balanços de sustentabilidade pela empresa. Esse processo de construção é muito intenso e consideram-se vários fatores como: o envolvimento de todos os colaboradores, o enraizamento dos princípios da sustentabilidade dentro da gestão. Sem contar, que um relatório com base no GRI é a mais completa ferramenta de relato, não sendo peça publicitária, por requerer um profundo conhecimento da gestão e processos da empresa (CIPOLAT, 2010).

### **2.4.3 Modelo de balanço social elaborado pelo IBASE**

Além das iniciativas oriundas do meio acadêmico, o lançamento do modelo de Balanço Social pelo IBASE, em 1997, representou uma contribuição decisiva para o fortalecimento e consolidação da prática de elaboração e divulgação de informações de natureza socioeconômica e ambiental no país. (LUCA et. al., 2009)

O Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), em sociedade com outros representantes de empresas públicas e privadas, desenvolveu um modelo de balanço social que tem a vantagem de estimular todas as empresas a evidenciar seu balanço social, independente da dimensão e do setor em que atua, percebendo que a simplicidade é a segurança para atrair um alto número de corporações, a exposição das informações divulgadas por esse modelo não seguir um padrão mínimo considerável para a aceitação dos usuários, ficaria difícil sua avaliação adequada da função social em que a empresa tem ao longo dos anos a predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo (IBASE, 2008)

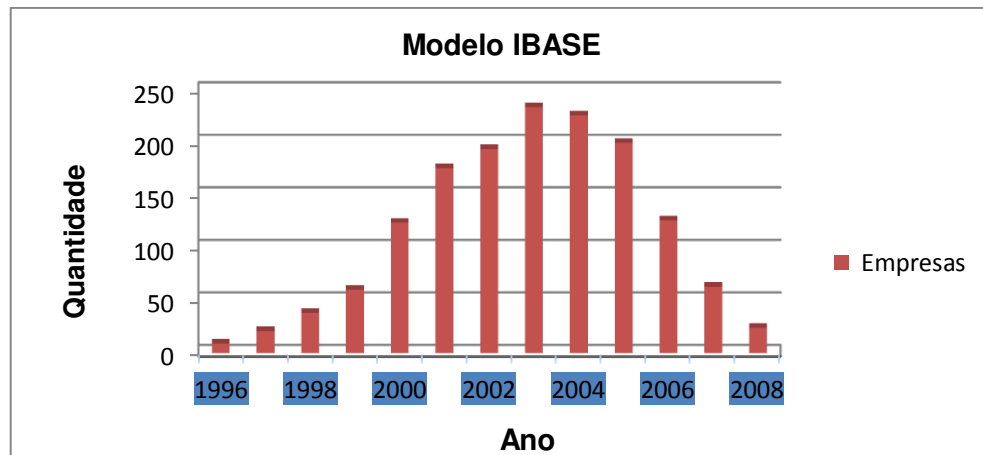
O Instituto Ethos (2007) citado por Albuquerque (2009) apontou que o modelo IBASE tem como fundamentais atributos, a simplicidade e a habilidade de adaptação a vários segmentos da comunidade sendo utilizado como instrumento de evidenciação da organização na sua contribuição ao desenvolvimento sustentável.

O modelo IBASE em suas informações divulgadas, não precisa de auditoria externa para comprovar as demonstrações evidenciadas por esse modelo, porém no final da década de 90, criou-se o selo “IBASE/BETINHO”, para garantir ainda mais sua veracidade. (MARÇOLA, 2012)

A preparação do balanço social de uma empresa, conforme os procedimentos estabelecidos pelo modelo IBASE, devem apresentar elementos e informações consecutivas de dois exercícios anuais da empresa, através de um inventário muito fácil e objetivo de se elaborar, sua evidenciação deve ser difundida para todos os setores da sociedade, fazendo parte de sua estrutura: os indicadores quantitativos (composto por 43 itens) e os indicadores qualitativos (composto por 8 itens), divididos em sete categorias. (IBASE, 2008)

Este modelo do IBASE para o Balanço Social é o padrão adotado pelas empresas brasileiras, mas ainda existem outros tipos de estrutura para esse modelo, sendo destacados os modelos IBASE para micro e pequenas empresas, instituições de ensino, e as fundações sociais. (IBASE, 2008)

Atualmente o modelo IBASE é adotado por muitas empresas brasileiras e internacionais, sendo de grande relevância para a evolução da difusão desse modelo, contribuindo para atender as necessidades empresariais e governamentais na execução da função da responsabilidade social. Logo a seguir será mostrado o gráfico da evolução das empresas que publicaram o balanço social no modelo IBASE, vale ressaltar que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas suspendeu a entrega do prêmio “Selo Balanço Social IBASE/Betinho” para as empresas com melhores práticas de responsabilidade social, pelo motivo do mesmo está em fase de reorganização e avaliação. (IBASE, 2013)



**Figura 1: Empresas que publicaram o Balanço Social no modelo IBASE**

Fonte: [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br) (atualizado em 05/04/2013)

Nota-se que o auge desse modelo em relação adoção das empresas ao Balanço Social na busca pela prática da responsabilidade social está entre os anos 2002 e 2004, e o seu declínio começa por volta do ano de 2006, cabendo ressaltar que esses números de declínio nos 2006 a 2008 são dados ainda não consolidados pelo Instituto IBASE.

Há mais de dezessete anos, o Instituto IBASE acreditava e defendia a prática da voluntariedade dos métodos da conceituada Responsabilidade Social e Empresarial, por meio do emprego de instrumentos que caracteriza o Balanço Social, mas alguns anos depois se verificaram que essa bandeira defendida antes não causaria tanto impacto se caso as empresas não comesçassem a evidenciar os relatórios de sustentabilidade como uma forma obrigatória de demonstração da garantia da gestão transparente da empresa, assegurando para a comunidade dados relevantes e úteis para influenciar na prática da cidadania empresarial. (IBASE, 2008)

## 2.6 Demonstração do Valor Adicionado- DVA

A Demonstração do Valor adicionado-DVA é uma das bases do Balanço Social, que se caracteriza como um instrumento de evidenciação do desempenho econômico da empresa, associado ao comportamento da empresa com a sociedade, por meio da análise da geração e distribuição da riqueza que ela evidencia, mostrando como essa informação sobre a sua geração e distribuição pode ser traduzida para todos aqueles que contribuem para a sua formação. (TINOCO & MORAES, 2008)

Eliseu Martins (1997) citado por Tinoco & Moraes (2008) mostrou que a DVA surgiu para reforçar ainda mais a definição de Balanço Social, pelo fato desse demonstrativo ser

caracterizado como uma forma de evidenciar a função social da entidade, como também a sua contribuição para o desenvolvimento da riqueza de um país (Produto Interno Bruto-PIB), deixando de lado certos costumes adotados pelas demonstrações contábeis tradicionais que davam apenas atenção as informações de interesse restrito aos proprietários das organizações.

Diferentemente do Balanço Social no que se refere a uma legislação específica no Brasil, a DVA é regulamentada pela Lei 11.638/07 sendo de caráter obrigatório para todas as empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto que tem ações na BM&FBOVESPA e de caráter facultativo para as outras empresas de capital fechado, a definição da DVA por muitas vezes foi vista como uma das bases constituintes do Balanço Social, porém na maioria dos fatos contábeis o que se vê é uma evidenciação separada dela e em associação com outros demonstrativos tradicionais, ou ainda, intitulado como próprio relatório sustentável. (OLIVEIRA et. al., 2011)

Uma forma de se verificar o desempenho socioeconômico de uma organização é através da análise de seu atributo (valor) econômico alocado aos produtos e serviços obtidos de terceiros, qualidade esta que define o valor adicionado, sendo este qualificado como uma diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário de recursos próprios ou de terceiros em determinado momento do ciclo operacional. (QUINTANA et. al., 2011)

O valor adicionado numa análise da distribuição da riqueza na sociedade facilita o discernimento sobre a contribuição da entidade para a formação da renda de um país e auxilia a identificar os seus principais favorecidos, relacionados diretamente aos resultados dessa peça contábil, diante dessas informações evidenciadas nesses demonstrativos, a empresa pode traçar novos planejamentos estratégicos onde possam colocar em prática, uma reunião de políticas sociais que resultem em benefícios para os empregados e a comunidade em geral, sendo um dos motivos que levam a Demonstração do Valor Adicionado a ser caracterizado como uma das vertentes do Balanço Social, pelo fato da facilidade em mostrar essas informações sobre a geração da renda pela entidade e a maneira como ela foi distribuída aos stakeholders que ajudaram para a sua criação. (BRAGA, 2008)

Almeida et al (2009) citado por Quintana et al (2011) apontou que a Demonstração do Valor Adicionado pode ser considerado como um instrumento de evidenciação contábil, de grande relevância para os planos gerenciais internos, os planejamentos estratégicos de mercado (competitividade), e a verificação do controle do desempenho das ações sociais implantadas pela empresa, pelo motivo dessa demonstração ter a habilidade de calcular não somente o



resultado financeiro, mas indo além disso, calculando o impacto na sociedade dessas consequências.

O Balanço Social e o Demonstrativo Contábil do Valor Adicionado (DVA) possuem um papel parecido entre eles, que podemos identificar como uma ferramenta que auxilia as organizações, na divulgação do compromisso das ações prestadas da empresa a comunidade em geral, por meio do desenvolvimento de suas atividades de caráter financeiro, econômico, e socioambiental na busca do alcance do objetivo da responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento da sustentabilidade empresarial no meio em que estão inseridas as suas funções.

Tinoco (2001) citado por Quintana et. al. (2011) mostrou que a construção e a divulgação das informações contábeis na DVA pela empresa, tem nessas informações adicionais apontadas na contabilidade um elo fortemente associado ao método de disclosure dos dados no âmbito socioambiental das empresas, sendo rapidamente facilitado a sua absorção na apresentação de uma postura mais responsável e transparente na gestão corporativa da entidade.

## **2.7 Indicadores e Desempenho Socioambiental**

Os estudos e as ações organizacionais têm evidenciado quem decidem e qualifica o conjunto de indicadores e quem concede a entidade, o regulamento e o monitoramento do desempenho de suas práticas de sustentabilidade, porém é um exercício muito difícil, pelo motivo de que muitas instituições pautadas às questões socioambientais estão determinando princípios e diretrizes para o entendimento da definição desses indicadores de desempenho. (RIBEIRO et. al., 2011)

Os indicadores de desempenho podem mostrar a realidade da empresa, são informações compactadas que buscam resumir os conhecimentos sobre fatos complexos, ou seja, é a forma mais simples de retratar a realidade da organização. (CALLADO et. al., 2009)

A materialização da responsabilidade socioambiental da empresa que é adotada por algumas nos seus planejamentos, é dificultada a partir do andamento em que se produzem os critérios de escolha dos indicadores socioambientais disponíveis no mercado, pelo fato de não possuírem bases definidas que determinem quais os impactos devem ser abordados. (SIENA, 2008)

Definem-se os indicadores de desempenho como instrumento ativo para procedimentos de entendimento complexos, do qual fornece dados em relação a um determinado sistema, apesar de não os mostrar totalmente, esses indicadores disponibilizam dados que auxiliam na tomada de decisão. (BURATTO, 2009)

O balanço social procura incorporar os indicadores de desempenho, buscando evidenciar o efeito dessa estratégia e as atuações realizadas pela organização, podendo ser classificados em algumas variáveis de indicadores de desempenho, como em: indicadores sociais, físicos e monetários. (FRANCISCHINI, 2013)

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) reuniu os indicadores de desempenho socioambientais em: indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais. (RIBEIRO et. al., 2011), sendo bem mais detalhados a seguir:

1. **Indicadores sociais internos:** Neste item do balanço são expostos todos os investimentos internos, obrigatórios e não obrigatórios, que a companhia tem como objetivo para o benefício e/ou atendimento do corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, e dentre outros).

2. **Indicadores sociais externos:** refere-se aos investimentos voluntários da empresa, que tem como foco a comunidade em geral através de planos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros.

3. **Indicadores ambientais:** representa as ações da empresa para suavizar ou equilibrar seus impactos ambientais no meio em que está inserido seu negócio além daqueles que possuem a finalidade de aperfeiçoar a qualidade ambiental da produção e operação da empresa, através de meios de inovação tecnológica e programas internos de educação ambiental, como também investimentos em projetos e ações atípicas das operações da companhia, e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de eco eficiência.

No Brasil a legislação vigente que trata da evidenciação das demonstrações contábeis de natureza socioambientais, como é o caso da NBC T-15 (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE E TECNICA), não fixas diretrizes para a definição dos indicadores de

desempenho socioambiental em relação à divulgação da responsabilidade social das entidades. (RIBEIRO et al, 2011)

## **2.8 Números-Índices**

O emprego de números-índices é destinado para indicar uma diferença relativa entre valores de qualquer medida durante determinado período de tempo, sintetizando variações nas condições econômicas acontecidas em um momento específico, por meio de uma razão, sendo medidas estatísticas, ou seja, números-índices é uma razão entre o estimado de uma variável numa data e o estimado desta mesma variável em outra data. (FARIAS & LAURENCEL, 2005)

Sendo usada com grande frequência pelos profissionais dos setores da administração, economia, engenharia, dentre outros setores, tendo como principal objetivo desse método utilizado por esses profissionais o foco na comparação dos grupos de variáveis relacionadas entre si e as suas mudanças significativas com as áreas associadas a esses números-índices, possibilitando a comparação entre as transformações ocorridas ao longo do tempo, em diferentes lugares como também na diferença entre os conjuntos semelhantes, usando como exemplo de conjuntos os produtos, as pessoas, as empresas, etc.(VINCENTIN, 2013).

Em sua conceituação mais simples, os números-índices podem ser considerados como número “absoluto”, onde não tem unidade de medida definida, devido ao fato de não ser divulgado em unidade monetária (\$), estabelecendo apenas a comparação entre variáveis, não produzindo espontaneamente a taxa, atualmente costuma denominar um conjunto de números-índices de apenas índice. (SINDUSCON-MG, 2009)

Números-índices servem de base para o cálculo da comparação do percentual para se encontrar determinada variação de medida no tempo e no espaço de certo fato ocorrido, mesmo que não tenha unidade definida de valor, mas é uma ferramenta bastante importante de informação para os gestores de uma empresa, como também para o governo e a sociedade em geral, sendo que na visão de cada um deles os números-índices tomam características diferentes para atender suas necessidades específicas de informações.

Um número-índice pode existir em duas formas distintas de características entre si, sendo na primeira caracterizada como o quociente da simples divisão dos fenômenos mensuráveis de um determinado período de tempo para o outro, e a segunda forma é caracterizada pela

a exposição do número-índice em forma de porcentagem, onde é obtido da seguinte maneira (MAGALHÃES JUNIOR, 2013):

$$I_{a/b} = \frac{\text{Valor}_{\text{na}_{\text{data}_{\text{atual}}}}}{\text{Valor}_{\text{na}_{\text{data}_{\text{base}}}}} * 100\% \quad (1.0)$$

Números- Índices ou indicadores podem ser aplicados para a avaliação dos fatos sociais, onde são denominados de indicadores sociais/socioeconômicos, esses índices quantitativos incorporam todas as maneiras de avaliação dos acontecimentos examinados por todas as variáveis possíveis de ciências estudadas pelo homem. (SOLIGO, 2012)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define como índice/indicador um instrumento formado por uma ou mais variáveis, associadas por meio de diferentes formas, que revelam significados mais extensos sobre os acontecimentos a que se referem, ou seja, um indicador ou índice possui uma extensão maior do que as informações primárias ou secundárias incluídas a um fato. (IBGE, 2008)

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a exposição de algumas definições para o tema proposto deste estudo, para a formação do referencial teórico necessário na fundamentação da pesquisa, passamos agora definir e analisar os resultados obtidos através do levantamento das informações das indústrias de cigarros e fumos que atuam na BM&FBOVESPA.

Para isso foi necessário levantar algumas informações junto a Receita Federal para saber quais empresas estão regularizadas e aptas para atuar no país. A Tabela 01 mostra as empresas de tabaco que tem participação na bolsa de valores e quais delas fazem a divulgação do balanço social e qual o (s) tipo (s) de modelo (s) evidenciado (s).

**Tabela 1:** Características das empresas de Cigarros e Fumos que evidenciam o Balanço Social.

Nome	Participam da BM&FBOVESPA	Publicam o Balanço Social	Tipo de modelo de Balanço Social
<b>AMERICAN BLEND IMP., EXP., IND. E COM. DE TAB. LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>BELLAVANA IND., COM., IMP., EXP., DE TABACOS LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>CIAMÉTRICA CIGARROS AMERICANA LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>CIA. SULAMERICANA DE TABACO</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>CIBRASA IND. E COM. DE TABACO S/A</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>CUIABÁ IND. E COMERCIO DE CIGARROS LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>DICINA IND E COM., IMP E EXP., DE TABACOS LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI

			( ) IBASE
<b>GOLDEN LEAF TOBACCO LTDA.</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>PHILIP MORRIS BRASIL IND. E COMERCIO LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>PHOENIX IND. E COMERCIO DE TABACO LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>QUALITY in TABACOS IND. E COM. DE CIG. E IMP. E EXP. LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>REAL TABACOS LTDA</b>	( ) Sim ( x ) Não	( ) Sim ( x ) Não	( ) ETHOS ( ) GRI ( ) IBASE
<b>SOUZA CRUZ S/A</b>	( x ) Sim ( ) Não	( x ) Sim ( ) Não	( ) ETHOS ( x ) GRI ( x ) IBASE

Fonte: Adaptada do próprio autor

Analisando ainda a Tabela 01 observa-se que as indústrias tabagistas regularizadas e que funcionam no país, só a Sousa Cruz S/A participa da Bolsa de Valores, publicam o seu balanço social e utilizam dois modelos que são: IBASE e GRI. Sendo que essa divulgação começou entre os anos de 2008 a 2011.

### 3.1 Descrição da empresa que divulga Balanço Social

A empresa Sousa Cruz S/A foi fundada em 1903 por um imigrante português (Albino Souza Cruz), a SOUZA CRUZ S/A começou seus primeiros passos em território brasileiro, por meio da implantação da primeira máquina a industrializar o fumo, ou seja, o cigarro já saia enrolado em papel, com apenas 16 funcionários inicialmente localizada num sobradinho no centro do Rio de Janeiro. Essa tecnologia para época fez com que esse produto se difundisse rapidamente em todo o território nacional. Com um crescimento rápido a empresa necessitava de grandes investimentos de recursos para poder continuar em

desenvolvimento os seus trabalhos, a partir daí em 1914, a empresa para garantir que seus objetivos que fossem alcançados mudou sua constituição que antes era LTDA para uma companhia de sociedade anônima (S/A), transferindo o controle acionário para a Joint Venture British American Tobacco. (SOUZA CRUZ, 2013)

A Souza Cruz S/A vem se utilizando do conceito da Responsabilidade Socioambiental Corporativa, associando a imagem da empresa, como uma das suas grandes características, já que a mesma está procurando desenvolver projetos de melhoria nas dimensões socioambiental. Colaborando inclusive com projetos próprios nas campanhas de ações sociais para a população brasileira, além de ser uma das 500 empresas que assinaram o Global Compact (Tratado da ONU), onde este tratado disciplina por meio de princípios (10 no total) questões como: trabalhistas, preservação do meio ambiente e direitos humanos, enviando anualmente a ONU (Organização das Nações Unidas) relatórios sobre os progressos de suas ações sociais em conformidade com o Global Compact. Além disso, deve estar envolvida na divulgação da Declaração do Milênio (resolução da ONU aprovada em 2000), que estabelece um pacote de 8 objetivos essenciais a serem alcançados pelos órgãos governamentais e a população para atingir a sustentabilidade do planeta, através de ações concretas dos países ate 2015. (SOUZA CRUZ, 2013)

A empresa é detentora de vários prêmios nacionais e internacionais relacionados à gestão transparente e de responsabilidade socioambiental de suas atividades, mostrando sua parcela de contribuição para a melhoria da sociedade, é o que podemos notar na figura 2 a seguir, sobre os prêmios conquistados pela Souza Cruz ao longo de seus anos.

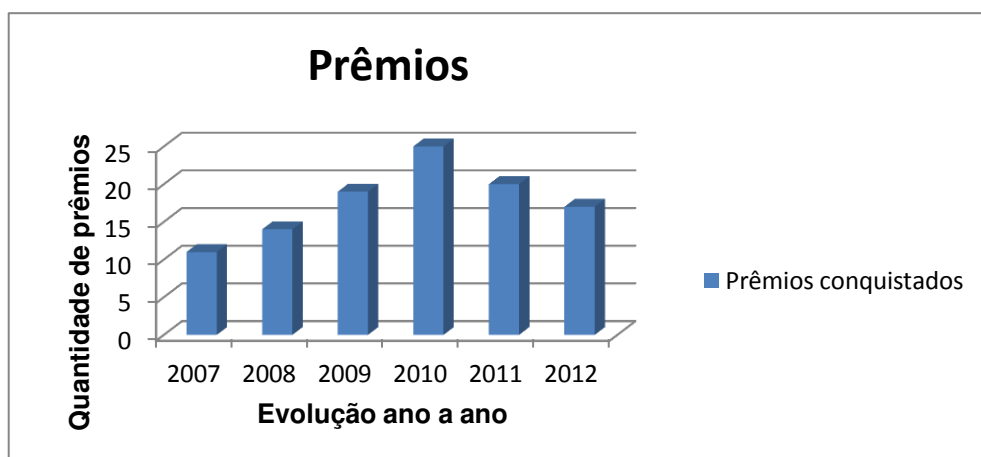


Figura 2: Prêmios conquistados pela empresa tabagista.  
Fonte: [www.souzacruz.com.br/group/sites/](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/)

Como a empresa Souza Cruz S/A é uma instituição que busca atuar de forma responsável nas suas atividades operacionais, obedecendo aos órgãos reguladores nacionais e

internacionais alcançando status de empresa respeitada pelos investidores ao longo dos seus anos, servindo de base para atrair cada vez mais acionistas a sua empresa. Figura 3 mostra a evolução dos lucros de suas atividades operacionais no período de 2008 a 2011:

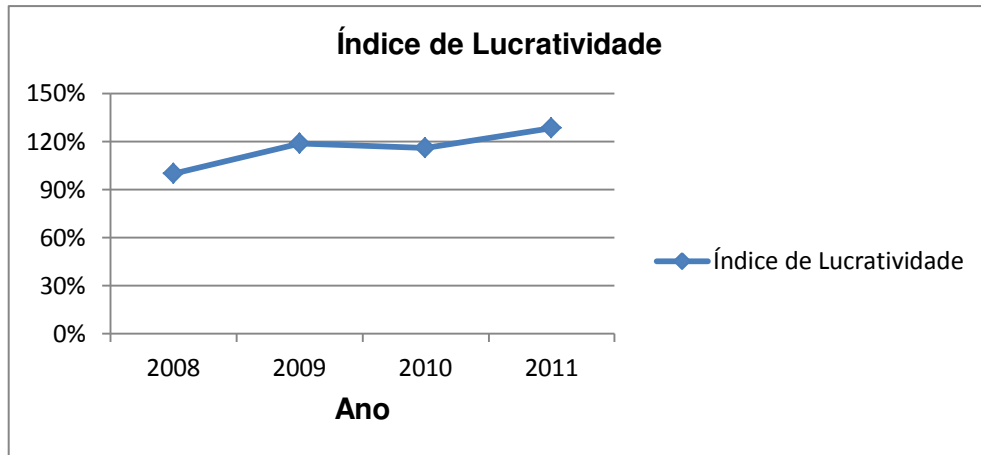


Figura 3: Evolução do comportamento dos lucros ou prejuízos da empresa

FONTE: BM&FBOVESPA

Tomando como base de cálculo o ano de 2008 das atividades operacionais da empresa, é possível notar que há uma evolução nos lucros da Souza Cruz S/A, ressaltando apenas o ano de 2010 onde o seu lucro está um pouco abaixo do ano de 2009, mas acima do ano base de cálculo (2008), isso ocorreu provavelmente devido à conjuntura do mercado internacional ou devido algum investimento feito. Mas de uma forma geral os indicadores de lucratividades apesar de apresentarem resultados positivos, não são o suficiente para definirmos se a empresa tem alguma relação com a responsabilidade socioambiental adotada.

### 3.2 Análise dos Indicadores Evidenciados pela Souza Cruz S/A.

Como relatado anteriormente o balanço social é uma ferramenta que auxilia aos investidores e gestores da empresa a mensurar de forma quantitativa os valores relacionados à política inserida dentro e fora da entidade sobre a Responsabilidade Socioambiental. Também foi visto que a empresa Souza Cruz é a única indústria tabagista a adotar tal prática, porém nesse tópico buscou-se averiguar a evolução e comparar os índices econômico-financeiros com índices socioambientais da empresa, na data base do ano de 2008, para analisar a influência dessas informações no resultado final das atividades operacionais (lucro/prejuízo).

Como base para calcular os indicadores socioambientais da empresa, utilizamos as sugestões feitas no estudo de Olak et. al. (2011) publicado na REVISTA DE ESTUDOS CONTÁBEIS do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de



Londrina, onde na qual, consideraram importantes os índices: o Resultado Operacional (RO), Receita Líquida (RL), Folha de Pagamento Bruta (FPB) e o Valor Adicionado Total (VAT), foi tomada como amostra os períodos entre os anos de 2008 a 2011, já que os Balanços Sociais (IBASE) publicados pela Souza Cruz S/A só ocorreram neste período.

A Figura 4 mostra a evolução dos indicadores econômico-financeiros da empresa Souza Cruz S/A e observa-se a partir do ano de 2010 e 2011 uma estagnação no crescimento da Receita Líquida.

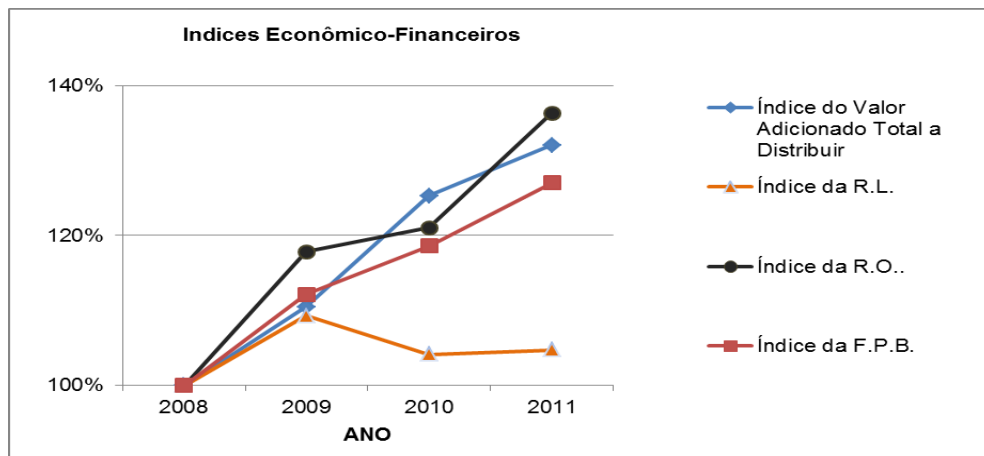


Figura 4: Comparação dos índices econômico-financeiro da empresa Souza Cruz S/A  
 FONTE DOS DADOS: Souza Cruz

Podemos observar que esses índices utilizaram o ano de 2008, como base, para os resultados obtidos na análise da evolução desses indicadores a cada período, vale-se destacar que o índice do resultado operacional é condizente com o índice de lucratividade apresentado anteriormente na Figura 3, mostrando ser uma empresa muito lucrativa mesmo com altos impostos cobrados pelos governos, observamos que esse crescimento é pouco expressivo nos anos de 2010 (+5%) e 2011 (+5%) quando analisamos o índice da receita líquida, e vemos que o seu maior auge foi em 2009 (+10%) sobre o ano de 2008 não impediu a geração e distribuição da riqueza da mesma, observado pelo índice do valor adicionado total, como vemos em 2011 (+33%) o seu maior pico em cima de 2008, e por fim vemos um alto índice de contratação de pessoal para compor o seu quadro de funcionários, é o que mostra em 2011 (+27%) a mais que 2008.

Como já é notório, o modelo IBASE possui três tipos de categoria de indicadores socioambientais que são eles: Indicadores sociais internos e externos, e os indicadores ambientais, onde eles se subdividem em outros indicadores (22 indicadores no total da soma, entre os indicadores sociais internos e externos, mais os ambientais).

Como são muitos indicadores para analisar, foi tomado como base o trabalho de Godoy et al (2007) publicado Primeiro Congresso de Controladoria e Finanças da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, que sugeri quais indicadores são importantes numa evidenciação, conforme pode ser observado na Tabela 02.

**Tabela 2:** Índices considerados importantes na evidenciação do Balanço Social.

Indicadores sociais internos	Saúde, alimentação, capacitação e desenvolvimento profissional,
Indicadores sociais externos	Educação, Cultura, Saúde e saneamento, tributos;
Indicadores ambientais	Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa, Investimentos em programas e/ou projetos externos.

Fonte: Godoy et. al. (2007), adaptado.

Com base na tabela anterior é possível traçar o perfil dos principais indicadores a serem analisados neste estudo de caso, para obter os resultados desejados com a empresa estudada, atendendo assim o que foi proposto pelo trabalho desenvolvido por Godoy et. al. (2007).

### 3.2.1 Indicadores Sociais Internos da Empresa Sousa Cruz S/A.

Para comparar os índices sociais internos e externos, foram aplicados como base de dados, os valores dos referidos índices econômico-financeiros. Mostrado na figura 5 a seguir:

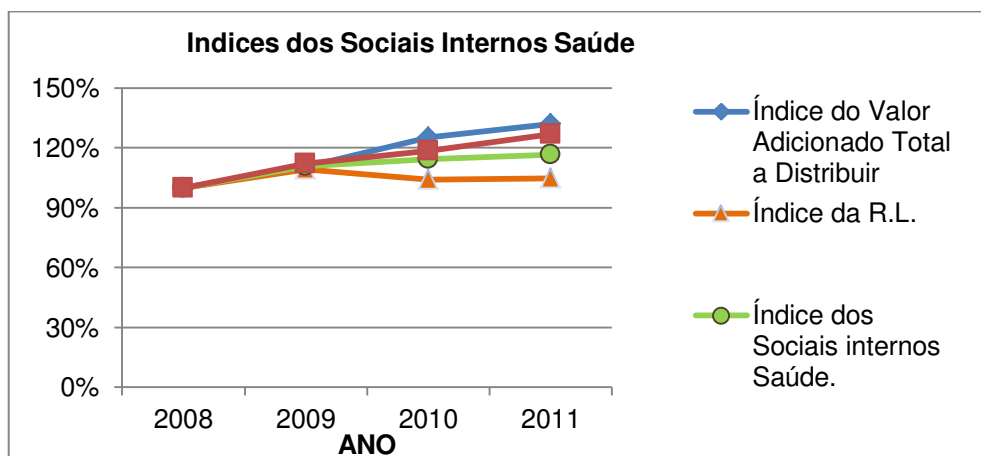


Figura 5: Análise do Indicador Social Interno (Saúde)

Fonte: Souza Cruz

Na Figura 05 é possível verificar, que os investimentos feitos na saúde dos seus funcionários não têm uma participação direta nos fatores determinantes para a queda da receita líquida da empresa, porém em relação ao índice da folha de pagamento bruta, a vertente do índice do indicador social interno (saúde) tem um crescimento abaixo do que é gasto com a contratação de pessoal para empresa, ou seja, ainda é pequena a atenção dada a política social da saúde de seus funcionários.

Pode-se observar ainda que no ano de 2011 o indicador da saúde atinge o seu Máximo valor em relação a ano base 2008, sendo 16% maior que o período analisado inicialmente, por outro lado o índice do valor adicionado total a distribuir com os funcionários mostra-se condizente com a vertente do índice da folha de pagamento bruta, ou seja, quanto mais a empresa contrata funcionários mais ela distribui os lucros auferidos no final de cada período com os seus empregados.

Vale destacar que no ano de 2009 a empresa Souza Cruz S/A fez investimentos consideráveis na contratação de pessoal e conseqüentemente nos gastos com os planos de saúde dos mesmos, acarretando indiretamente para o baixo crescimento da distribuição do valor adicionado dos lucros para o seu público interno. Mas não podemos dizer que o crescimento desse outros indicadores (folha de pagamento bruta e a saúde) levaria a declínio da distribuição da riqueza da empresa, pois nos anos posteriores nota-se que nenhum desses indicadores diminuiu seu crescimento e o índice do valor adicionado só fez crescer verticalmente ano a ano.

Agora analisando o indicador social interno alimentação conforme apresentado no modelo IBASE publicado pela Souza Cruz S/A. A Figura 6 a seguir mostra a evolução e comparação deste indicador com os indicadores econômico-financeiros.

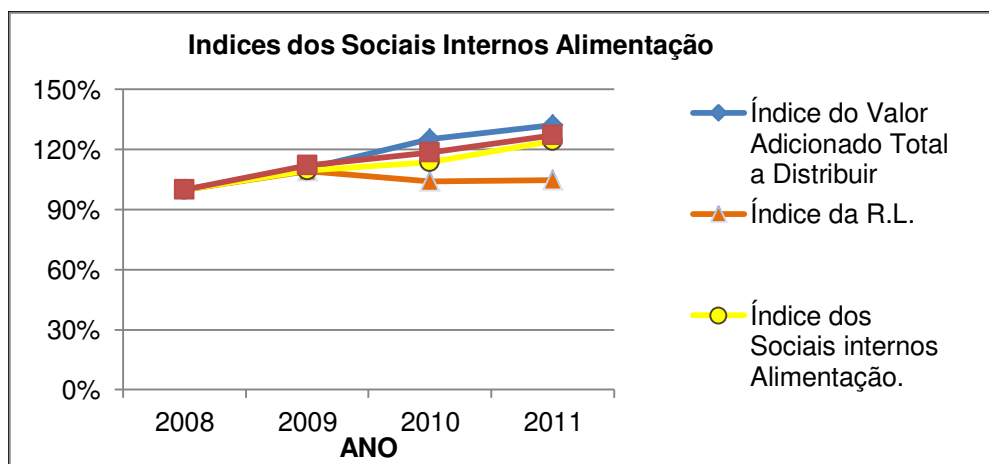


Figura 6: Análise do Indicador Social Interno (Alimentação)

Fonte: Souza Cruz

É notório que o indicador social interno alimentação na empresa se comporta de forma a satisfazer a demanda crescente do índice da folha de pagamento bruta, ou seja, ela investe em gastos como cestas básicas e vale alimentação para o seu quadro de funcionários, ao ponto de aproximar da demanda de 2011 da folha de pagamento bruta.

Verificando ser um dos fatores que pode contribuir para a cultura organizacional interna da empresa estudada. É observado também que o índice social interno não interfere diretamente na evolução do índice do valor adicionado total a distribuir, pelo contrario acompanha esse mesmo crescimento. Já analisando a evolução deste índice social interno alimentação, no ano de 2009, teve o mesmo crescimento do índice da receita líquida que foi de 9% sobre o ano base de 2008. Mas mesmo com a queda do índice da receita líquida de 2010 a 2011, o gasto com esse investimento social interno não diminuiu chegando ao auge em 2011 com 24% a mais dos recursos destinados para esse fim do que o ano base de 2008.

Na Figura 07 o foco agora é a análise do indicador social interno (capacitação e desenvolvimento profissional), a partir dessa verificação pode observar os seguintes resultados mostrados na figura 7 abaixo:

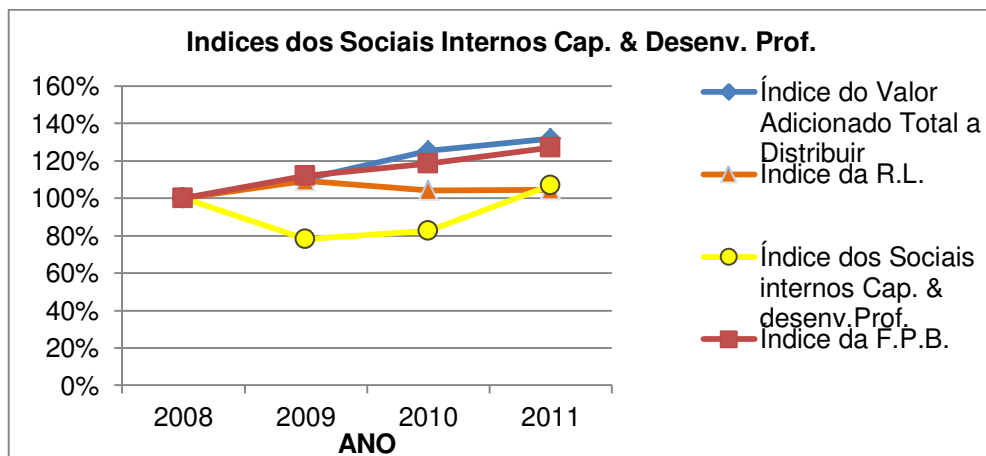


Figura 7: Análise do Indicador Social Interno (capacitação e desenvolvimento profissional)

Fonte: Souza Cruz

Verificou-se que esse indicador ainda está nos seus primeiros passos, pelo fato de possuir poucos investimentos nesse setor dentro da organização, quando for comparado ao ano base de 2008. Os indicadores de 2009 a 2010 mostraram pouco investimento na capacitação profissional de seus empregados. Tendo uma significativa melhora no ano de 2011 passando a ter um aumento de 7% quando comparado com o de 2008. Este indicador, quando comparado com o índice da folha de pagamento bruta, é notório, que o aumento da admissão de novos funcionários não corresponde ao investimento da capacitação dos

mesmos, ou seja, a cultura organizacional da empresa ainda não está preparada investir no potencial de seus funcionários, outro dado curioso é sobre a receita líquida da empresa nos anos de 2008 a 2010 mostra que em relação aos investimentos feitos para a capacitação de seus profissionais, a participação dos mesmos na receita líquida da empresa não interfere diretamente no crescimento moderado desse índice. Porém quando se aumenta os gastos com esse investimento de capacitação profissional aos seus empregados em 2011, verifica-se um efeito contrário no índice da receita líquida mostrando que esse aumento nos recursos de investimento da capacitação profissional não aumenta a receita de vendas da empresa.

Entretanto a queda das receitas líquidas da empresa pode não está relacionada diretamente a esse investimento feito no setor pessoal da entidade, tendo sua participação no valor adicionado total a distribuir para os funcionários uma significativa contribuição no ano de 2011. Acredito que funcionário capacitado aumenta a receita líquida, neste caso, o que pode ter ocorrido, é influência de outro indicador na queda deste item, provavelmente a alta carga tributária imposta pelo Governo ao longo do período analisado.

### *3.2.2 Indicadores Sociais Externos da Empresa Sousa Cruz S/A.*

As análises feitas agora são com os indicadores sociais externos da empresa. Estes indicadores sociais externos também serão comparados com os índices dos indicadores econômico-financeiros como: a receita líquida, resultado operacional, e o valor adicionado total. E os indicadores mais importantes sugeridos por Godoy et. al. (2007) foram: Educação, Cultura, Saúde e Saneamento, e tributos.

Na Figura 8 mostra a comparação entre o indicador social externo Educação e os índices econômico-financeiros, do período 2008 a 2011.

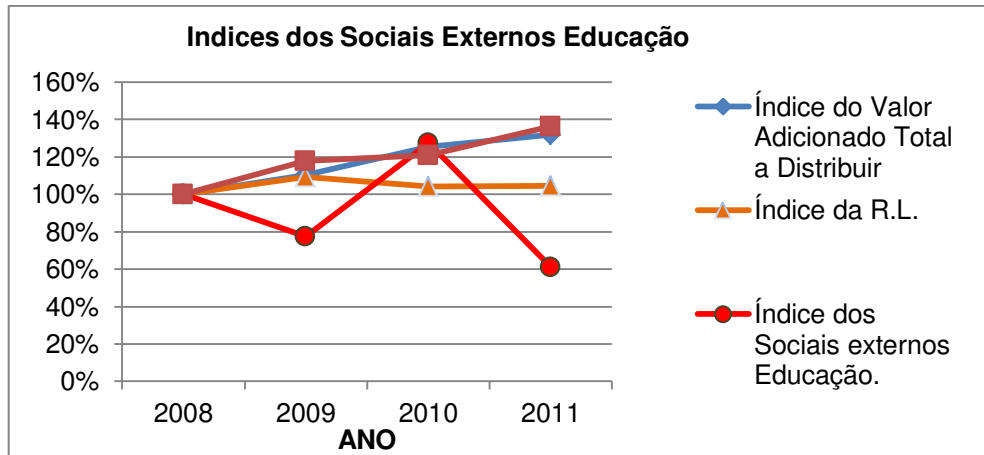


Figura 8: Análise do Indicador Social Externo Educação

Fonte: Souza Cruz

Podemos observar que a empresa possui investimentos sociais junto a comunidade relacionado à Educação, porém não é uma característica marcante dessa instituição, ao analisarmos ano a ano tendo como base dessa análise o ano de 2008 vemos que os recursos investidos em cada período de tempo oscila muito tanto para mais como é o caso do ano de 2010 ou para menos observado no ano de 2011, onde foi o menor índice de investimento feito pela empresa chegando a ser 60% menor do que os recursos investidos no ano base de 2008 em projetos de educação associados a comunidade.

Nota-se também que esse indicador social externo pouco influencia diretamente os outros indicadores econômico-financeiros da empresa.

Observando agora outro indicador social externo, evidenciado no modelo IBASE da empresa Souza Cruz S/A, é o indicador da Cultura, destacado a seguir na Figura 09.

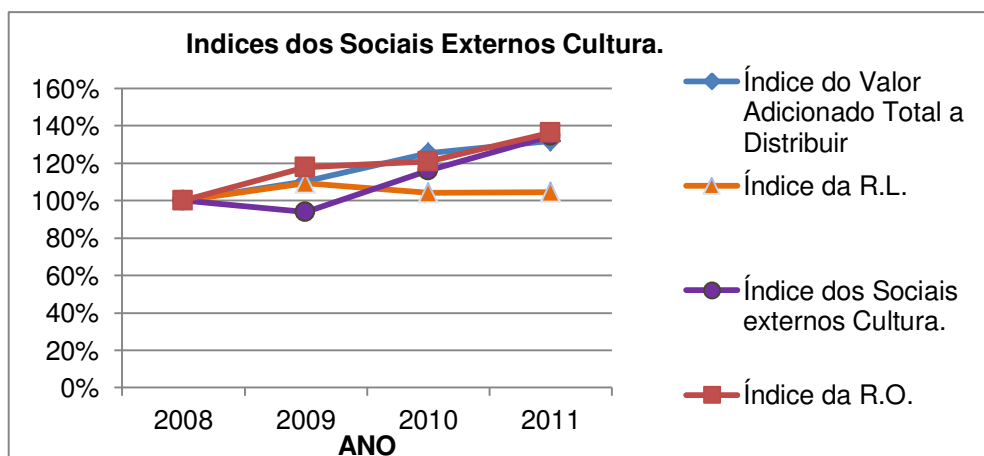


Figura 9: Análise do desempenho do indicador social externo (cultura).

Fonte: Souza Cruz

Na análise deste índice Cultura, é percebido, que uma característica marcante da empresa Souza Cruz S/A é o investimento em marketing social, demonstrado ano a ano, como vemos em 2009 sua participação em eventos da cultura nacional ficou abaixo dos 100% quando comparamos com o ano de 2008, porém em 2010 teve uma alta de aproximadamente 20% sobre 2008, e em 2011 passou para aproximadamente 40%, mostrando que o marketing social adotado pela empresa pode contribuir para o resultado operacional da mesma, como se observa em 2011 onde os três indicadores um ambiental e dois econômicos estão empatados.

Na Figura 10 mostra evolução e comparação do indicador social externo (saúde e saneamento).

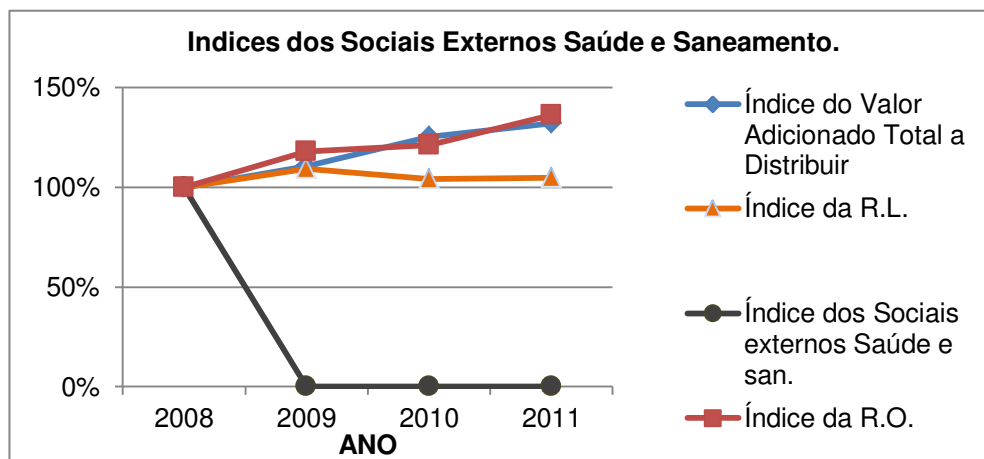


Figura 10: Análise do indicador social externo (saúde e saneamento):

Fonte: Souza Cruz

Observando ainda a Figura 10 percebe-se que atividade principal da organização estudada, são de fato a produção e a comercialização de produtos prejudiciais à saúde da população como é o caso do cigarro, por esse motivo a empresa não investe em programas de combate aos efeitos danosos dos seus produtos a população, sendo uma prática contraditória. Já que um dos seus objetivos é investir em programas sociais, constituindo umas das vertentes criticadas pelo Instituto IBASE, ao impedir que empresas como, por exemplo: a indústria tabagista, as indústrias de armas, etc, recebam o selo "IBASE/Betinho" por seguirem todos os caminhos sugeridos por esse modelo na prática da responsabilidade social.

Analisando o indicador social externo Tributos, na Figura 11, destacado na elaboração do Balanço Social modelo IBASE publicado pela Souza Cruz, que carga tributária do país, no período de 2008 a 2011 cresceu.

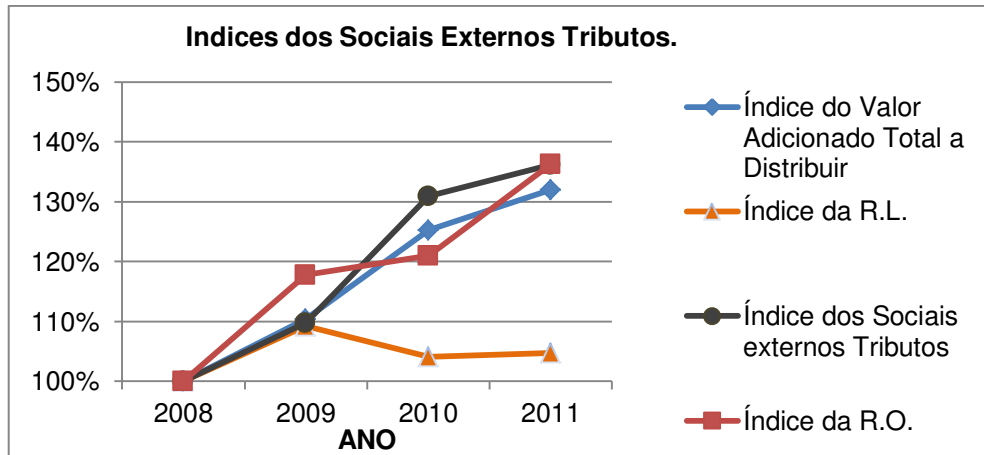


Figura 11: Análise do Indicador Social externo (Tributos)

Fonte: Souza Cruz

Este índice é um dos fatores determinantes para a redução da receita líquida da empresa, além disso, cresce à medida que os outros indicadores econômico-financeiros (resultado operacional, valor adicionado total a distribuir) aumentam. É comprovado quando comparados no ano de 2011, onde esses três índices atingem o seu maior percentual sobre o ano base de 2008, um valor de 35% em média. Esse indicador, não deve ser confundido com outro indicador social (encargos sociais compulsórios), pois além de ser um indicador social interno ele é destinado para as questões trabalhistas da empresa junto aos seus funcionários, já no caso do primeiro indicador analisado, citado acima corresponde ao total das contribuições devidas ao governo pela empresa.

Percebe-se que a elevação dos tributos é maneira utilizada pelo governo para tentar pagar o prejuízo causado pelo o crescimento da indústria tabagista, já que está ligada diretamente a saúde da população.

### 3.2.3 Análise dos Indicadores Ambientais da Empresa Souza Cruz S/A.

Neste item foi verificado o comportamento dos indicadores ambientais da empresa Souza Cruz S/A, e foram utilizados os mesmo critérios de análises feitas nos itens anteriores no que se refere à formação da base de cálculo dos índices dos indicadores econômico-financeiros, quando comparados com os indicadores ambientais. Os indicadores ambientais considerados neste estudo foram: Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa e os Investimentos em programas e/ ou projetos externos, devido ao fato de serem os únicos indicadores evidenciados pela empresa Souza Cruz S/A.



Vejamos a seguir a análise dos indicadores ambientais relacionados com os investimentos feitos com a produção/operação da empresa, mostrado pela figura 12 logo abaixo:

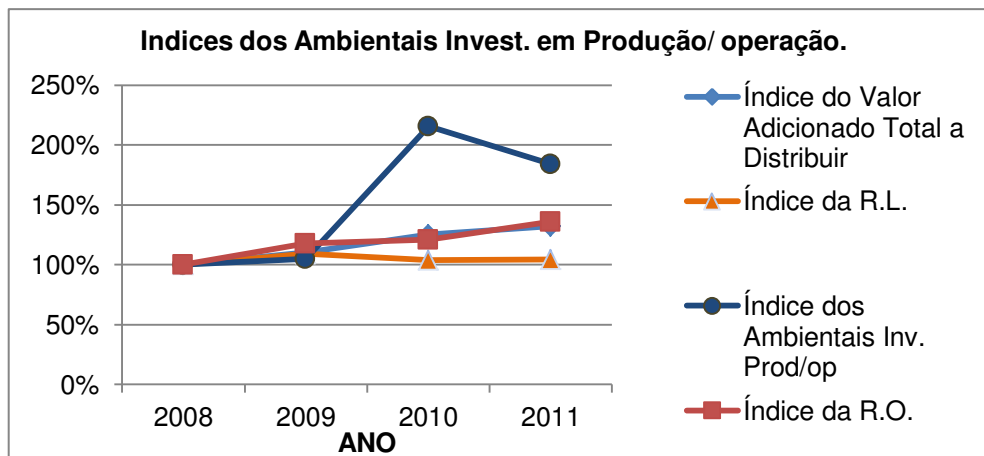


Figura 12: Análise do Desempenho do Indicador Ambiental em invest. Em produção/operação da empresa.

Fonte: Souza Cruz

Pode-se notar que o foco principal de sua prática de sustentabilidade é voltado exclusivamente para o setor interno de produção e operação, onde percebemos que houve uma reestruturação de sua política interna organizacional para se adaptar as novas exigências do mercado quando se fala em preservação do meio ambiente, é o que observamos na comparação do ano de 2008 a 2011 seu crescimento teve sempre acima dos 100% quando tomamos como base o ano de 2008, é o que vemos em 2009 uma alta de +5%, em 2010 +117%, e em 2011 aproximadamente +85%, se compararmos com o ano de 2010 teve uma queda expressiva, mas em relação ao ano de 2008 uma alta, já com os outros indicadores, chega a quase ser o dobro dos investimentos feitos no período base da análise desse indicador, é nesse setor em que a empresa mais ganha prêmios relacionados à sustentabilidade de sua produção. Além de mostrar que nesse indicador ambiental a empresa tem uma maior preocupação em adotar técnicas que contribuam para a redução de custos da produção da nicotina tabacum.

Na verificação do segundo indicador ambiental, identificado no Balanço Social da empresa, podemos constatar as seguintes informações apresentada na figura 13, logo abaixo:

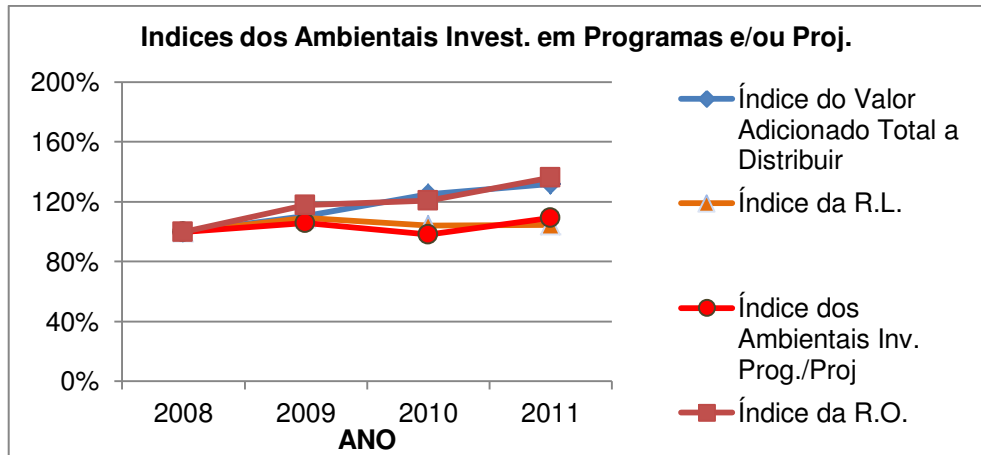


Figura 13: Análise dos Investimentos feitos em programas e/ou projetos externos  
Fonte: Souza Cruz

Nota-se que os investimentos ambientais feitos em programas externos ou projetos com essa finalidade, têm reforçado ainda mais a preocupação da empresa na preservação do meio ambiente, como vemos na comparação entre 2008 a 2011 onde a empresa tem seu percentual aumentado no ultimo ano, acompanhando o crescimento do índice do resultado operacional e do valor adicionado total a distribuir, tendo como o ponto mais baixo dessa escala o ano de 2010 ficando apenas destinado para esses investimentos 2% a menos que o período base de 2008 desse estudo, nota-se também que esse indicador não possui uma relação direta com o desempenho da receita líquida da empresa.

Acredita-se que esse investimento feito pela empresa na área ambiental é só para agregar valor a seu produto e mostrar para sociedade que é uma empresa preocupada com as questões ambientais.

### 3.3 Análise dos Indicadores e os Valores Adicionados a Distribuir (DVA)

Neste tópico foram verificados os indicadores socioambientais que participaram da geração do Valor Adicionado Total a Distribuir evidenciado no Balanço Social publicado pela Souza Cruz S/A no modelo IBASE, utilizou-se como ano base de 2008 para análise e cálculo dos índices comparativos.

A seguir será evidenciada, por meio da Figura 14 a evolução desses índices na participação do valor adicionado total a distribuir pela a empresa.

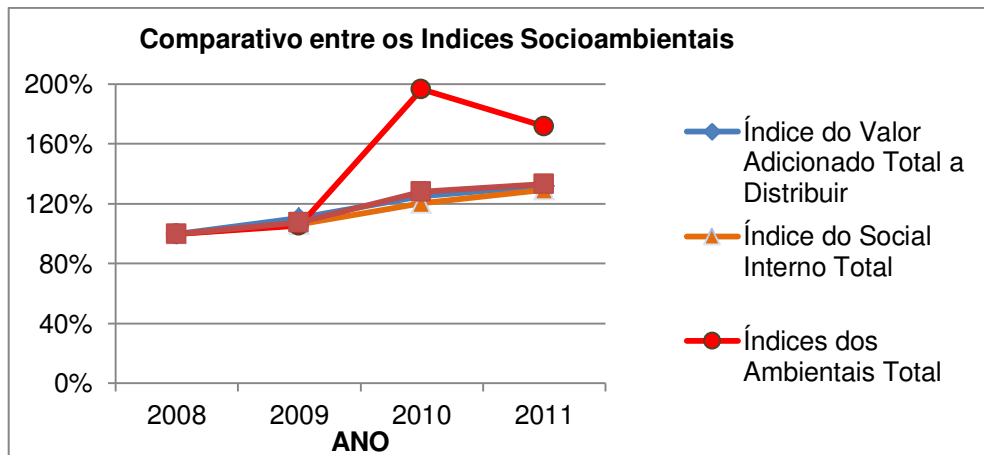


Figura 14: Análise comparativa entre os indicadores socioambientais

Fonte: Souza Cruz

Percebe-se que os indicadores sociais internos e externos junto com os indicadores ambientais mostram-se que em 2009 os três tiveram o mesmo crescimento acima dos 100%, quando comparamos com o ano base 2008, porém nos anos seguintes o indicador ambiental teve um elevado crescimento, chegando a ter o seu pico de 200% em 2010, sendo que no ano de 2011 teve uma queda brusca nos seus investimentos, enquanto que os indicadores sociais internos e externos acompanharam o mesmo ritmo do valor adicionado, percebe-se que a empresa tem altos gastos com investimentos em projetos ambientais de produção/operação e outros.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados, entende-se que o Balanço Social, é uma ferramenta de grande importância para os relatórios gerenciais da empresa, além de mostrar para a sociedade os investimentos feitos pela a entidade na contribuição da melhoria da vida e preservação do meio ambiente.

Esse instrumento de evidenciação social deveria ter uma atenção maior dos nossos legisladores na criação e aprovação de leis específicas que regularizem a publicação desse demonstrativo no território brasileiro, passando a ser obrigatório para as empresas de capital aberto ou fechado que possuam ou não ações na bolsa de valores, na busca da transparência das informações. O deveria ser feito ainda, é a evidenciação dos projetos de desenvolvimento limpo, com mais detalhes, com intuito subsidiar a contabilização dos créditos de carbono.

O modelo de Balanço Social elaborado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE mostrou-se ser uma ferramenta de grande auxílio na interpretação dos dados analisados no Balanço Social da SOUZA CRUZ S/A, mesmo não sendo reconhecida pelo Instituto IBASE. Já que mesma atua de forma prejudicial à saúde humana, causando enormes prejuízos para o governo. No que se refere aos prêmios emitidos por esse Instituto relacionados às melhores performances dessas empresas na utilização desse modelo, foi possível verificar o desempenho da indústria tabagista relacionado à prática da responsabilidade socioambiental, inseridas nos seus planejamentos estratégicos.

Diante de toda a política voltada para diminuição do crescimento da indústria tabagista no Brasil, foi possível constatar nesse estudo que a empresa Souza Cruz S/A teve um crescimento reduzido de suas receitas líquidas de vendas, porém isso não impediu que o seu resultado operacional reduzisse, sendo verificado pelos índices desse trabalho que a empresa não diminuiu os seus lucros nos últimos anos, pelo contrario, de forma geral, só fez aumentar,

O foco principal desse estudo foi alcançado a partir do levantamento feito das informações sobre quais empresas tabagistas utilizam o Balanço Social no modelo IBASE e que possuem ações na BM&FBOVESPA, foi possível analisar o perfil dessas empresas classificadas nesse estudo. No caso a empresa SOUZA CRUZ S/A é a única a fazer a evidenciação da responsabilidade socioambiental de suas atividades a partir do ano de 2008.

A partir do que foi coletado e analisado sobre as informações relevantes do Balanço Social da empresa estudada no período de 2008 a 2011, conclui-se que a mesma tem características distintas para cada indicador socioambiental evidenciado no Balanço Social (IBASE), onde temos os seguintes resultados:

- 1- A empresa destina a maioria dos seus investimentos aos indicadores ambientais, relacionados à produção e operação do cultivo da planta *Nicotina Tabacum*, além de investir em programas e/ou projetos fora da organização destinados à sustentabilidade ambiental;
- 2- Nos indicadores sociais internos, constatou-se que a empresa Souza Cruz S/A ainda possui um sistema de capacitação e desenvolvimento profissional, não muito eficiente com seus funcionários;
- 3- É uma das características marcantes da empresa fazer investimentos na saúde e na alimentação dos seus funcionários, observado nos índices dos indicadores sociais internos;
- 4- Em contra partida os investimentos feitos nos indicadores sociais externos relacionados à saúde e saneamento para a comunidade é bastante caótico, pois é nesse indicador onde ela sobrevive até os dias de hoje, ou seja, se ela passa a investir na saúde dos seus clientes, como por exemplo, em programas contra o tabagismo ou em projetos de preservação contra o câncer.
- 5- A indústria tabagista também investe consideravelmente no chamado marketing social ao patrocinar projetos relacionados à preservação da cultura local de cada comunidade verificado no indicador social externo;
- 6- Na geração e distribuição do valor adicionado total das riquezas da empresa junto à sociedade, o governo é um dos que mais absorve essa riqueza, conclui-se também que os funcionários e outros setores da entidade relacionados aos indicadores sociais internos da empresa também participam dessa distribuição do valor adicionado.

Após a interpretação desses resultados, pode-se chegar a seguinte conclusão sobre a responsabilidade socioambiental da empresa Souza Cruz S/A evidenciada no Balanço Social no modelo IBASE:

- 1- A definição da responsabilidade socioambiental pode ser incorporada as indústrias tabagistas, porém não se pode considerá-la totalmente fidedigna a

esse termo pelo fato do seu produto ser uma destruição da saúde de seus consumidores;

2- A empresa precisa investir mais nos indicadores sociais internos, como por exemplo, a capacitação dos seus profissionais e não apenas na melhoria da produção e operação do cultivo do fumo;

3- Os resultados da empresa Souza Cruz S/A mostra que ela utiliza esse rotulo de empresa sustentável, como uma forma de divulgar a sua marca no mercado e diminuir as cobranças da sociedade sobre seus atos.

4- Os fatores externos relacionados à contribuição do desenvolvimento social, não apenas ser direcionar aos objetivos das questões ambientais para ser definida como empresa sustentável.

Portanto a empresa analisada apesar de investir em ações sociais de melhoria para a comunidade e do meio ambiente, deve investir massivamente em programas de saúde para seus consumidores, já que seus produtos causam um impacto negativo para o meio ambiente e a sociedade.

Verificou-se ainda que, os dados presentes nos Balanços sociais da empresa Souza Cruz S/A, ainda possuem uma restrição para evidenciar melhor tais informações, é o que foi percebido ao analisar as informações dos indicadores ambientais, onde não existe um detalhamento melhor de quais programas e projetos externos são destinados os valores investidos apenas só mostram de forma geral esses investimentos.

Com isso, sugere-se que seja feito outros trabalhos de mesmo caráter, para que possam ser comparados com este, e analisar se ocorreu uma variação nas informações publicadas nos balanços sociais da empresa em relação à evidenciação das informações sobre os indicadores socioambientais vistos no presente trabalho.

## 5 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Ao Abordar o Balanço Social no Modelo IBASE como uma ferramenta de evidencição da Responsabilidade Socioambiental de uma empresa, traz um conjunto de informações que podem ser trabalhadas em pesquisas futuras sobre essa vertente. Assim propõe as seguintes informações a seguir:

1- O modelo IBASE já está a mais de uma década atuando no cenário brasileiro no auxílio a divulgação da prática da responsabilidade socioambiental das empresas, premiando aquelas empresas que atendem as suas expectativas, porém desde 2008 o selo “IBASE/Betinho” foi temporariamente suspenso, por questões internas, diante dessa informação um estudo sobre a reformulação ou inclusão de empresas que tem produtos nocivos à saúde humana como principal atividade da empresa, possam ser classificadas para tal prêmio, já que pratica e utiliza o modelo IBASE como forma de evidenciar sua responsabilidade socioambiental junto à comunidade, atingindo os objetivos requeridos desse modelo, ou mostrar também por meio de outra pesquisa dados que reforcem a exclusão dessas empresas do ganho desses prêmios, mesmo atingindo os objetivos do modelo IBASE, caso essa premiação retorne.

2- Nos últimos vemos que o planeta esta passando por uma série de transformações climáticas, tendo como principal fonte desse impacto ambiental o aquecimento global, nações se reúnem periodicamente em vários lugares do planeta para discutir sobre como diminuir os efeitos desse impacto global, um assunto muito debatido é entorno dos “créditos de carbono”, onde os países discutem melhores formas de se mensurar a diminuição da poluição da atmosfera terrestre, diante desses dados pode-se fazer uma relação com o Modelo IBAASE, onde se percebe uma fragilidade desse modelo em evidenciar os créditos de carbono como um indicador “a mais” que pode levar uma empresa a participar efetivamente do processo de sustentabilidade do planeta.

3- Sugere-se também a aplicação de outros dados além desse citado anteriormente que possam melhorar o Modelo de Balanço Social, proposto pelo Instituto IBASE, para ter uma maior transparência e relevância das informações publicadas pelas empresas participantes a sociedade.

4- Uma sugestão para trabalhos futuros seria uma análise detalhada do comportamento das empresas participantes dessa prática da responsabilidade socioambiental evidenciada no balanço social, frente a opinião pública sobre sua imagem, se elas realmente se importam com essas informações na hora de escolher qual produto/serviço vai comprar ou investir recursos nessas empresas ou não.

5- Um trabalho interessante seria também fazer um estudo comparativo entre o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) adotado na BM&FBOVESPA para as empresas de Capital Aberto que participa da bolsa de valores, junto com o desempenho do Balanço Social modelo IBASE dessas empresas participantes, com o objetivo de observar até que momento esse Índice ISE pode influenciar no comportamento das mesmas na divulgação das suas informações no balanço Social IBASE, ou também se esse índice (ISE) pode ser alocado ao Modelo IBASE, formando uma espécie de um novo modelo destinado apenas para as sociedades S/A.

6- Por fim, sugere-se ainda a outras pesquisas que tenham como base, o Balanço Social no modelo IBASE para futuras pesquisas em entidades públicas ou privadas, uma análise com vários outros modelos de Balanço Social para se comprovar, se realmente uma empresa é sustentável na prática da responsabilidade socioambiental.

Já quando ao tratar das indústrias tabagistas nacionais ou internacionais, temos sempre inúmeras informações negativas sobre as mesmas, gerando assim um banco de dados sobre sua conduta maléfica na sociedade, porém quando relacionamos as riquezas geradas por essas empresas, vemos as mesmas com altos índices de liquidez, tornando assim mais atraente em pesquisar como elas se desenvolvem e se mantem no mercado nacional e internacional, possibilitando uma variedade de propostas de pesquisas a serem trabalhadas. Dessa forma, sugere-se:

1- Um estudo mais detalhado de como é feita a política do antitabagismo para diminuir a demanda do tabaco pelas indústrias, já que se observou nesse trabalho que as indústrias tabagistas não sofrem com essa política social na geração de riqueza das mesmas.

2- Sugere-se também aplicação desse trabalho em outras empresas de setores/segmentos diferentes classificados pela sociedade como indústrias prejudiciais a saúde pública, para analisar a evidenciação da responsabilidade



socioambiental das mesmas ao utilizarem o Balanço Social no modelo IBASE, como parâmetro de sua evidenciação de sustentabilidade.

3- Outra sugestão é aplicação de outros modelos de balanço sociais utilizados no Brasil na Souza Cruz S/A empresa escolhida nessa pesquisa, e depois fazer comparações entre esses modelos para saber em qual deles a empresa citada anteriormente se comporta melhor ou pior na evidenciação da sua responsabilidade socioambiental.

4- Portanto sugere-se um trabalho que mostre se as empresas tabagistas podem investir de fato em políticas sociais em favor da comunidade, e de que forma isso pode acontecer.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jorge. Afinal, empresa sustentável dá lucro? **Revista envolverde Jornalismo & Sustentabilidade**. 23 mar. 2013. Economia. Disponível em: [www.envolverde.com.br/economia/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/](http://www.envolverde.com.br/economia/afinal-empresa-sustentavel-da-lucro/). Acesso em: 25 mar. 2013.

ALBUQUERQUE, Neusa Rachel Costa de. **A importância da demonstração do valor adicionado como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas organizações: um estudo de caso**. Monografia (Graduação em Contabilidade), Faculdade Sudamérica, Cataguases, 2009. Disponível em: [www.sudamerica.edu.br/arquivos\\_internos/publicacoes/Rachel.pdf](http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/Rachel.pdf). Acesso em: 12 mar. 2013.

ARAGÃO, Joana Paula Avelino da Silva. **O Balanço social como condição necessária ao crescimento sustentável das empresas**. 2010. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Lourenço Filho, Fortaleza. Disponível em: [www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-joana-paula.pdf](http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-joana-paula.pdf). Acesso em: 19 mar. 2013.

ARANTES, Emerson Clayton; et al. Análise da evolução dos indicadores do Balanço Social do sistema Eletrobrás de 2006 a 2008. *Revista de Administração de Roraima*, v.2, nº. 1, 2012, Roraima. Disponível em: [www.revista.ufrr.br/index.php/adminrr/article/view/769/679](http://www.revista.ufrr.br/index.php/adminrr/article/view/769/679). Acesso em: 26 mar. 2013.

ARAÚJO, Francisco José. Auditando o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXII, nº. 140, p. 83-89, mar. /abril 2003. Disponível em: <http://50.97.105.38/~cfcor495/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/RBCResumo1406.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BARROS, Talma Bastos de. Conceitos em Pesquisa Científica. 22 out. 2008. Disponível em: [www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/](http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/). Acesso em: 12 mar. 2013.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em: [translate.googleusercontent.com/translate\\_c?anno=2&depth=2&rurl=translate.google.com&sl=en&tl=pt&twu=1&u=http://www.misteriosdocotidiano.com.br/materias/download-do-livro-indicadores-de-sustentabilidade-uma-analise-comparativa-pdf-online/&usg=ALkJrhi6n-ZqOy0BzV5CFeGHTDWb0jLXrA](http://translate.googleusercontent.com/translate_c?anno=2&depth=2&rurl=translate.google.com&sl=en&tl=pt&twu=1&u=http://www.misteriosdocotidiano.com.br/materias/download-do-livro-indicadores-de-sustentabilidade-uma-analise-comparativa-pdf-online/&usg=ALkJrhi6n-ZqOy0BzV5CFeGHTDWb0jLXrA). Acesso em: 15 mar. 2013.

BERTONCELLO, Silvo Luiz Tadeu; JUNIOR, João Chang. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **Revista FACOM**, nº 17, 1º semestre de 2007. Disponível em: [www.fAAP.br/revista\\_faap/revista\\_facom/facom\\_17/silvio.pdf](http://www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf). Acesso em: 10 mar. 2013.

BIOLCHI, Marilza Aparecida. Cadeia Produtiva do Fumo- Contexto Rural. **Revista do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais- DESER**, nº. 04, dez. 2003. Disponível em: [www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=85](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85). Acesso em: 08 mar. 2013.

BONATO, Amadeu A. A Agricultura Familiar e a Cadeia do Fumo no Brasil. In: SEMINÁRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICO RURAL, maio 2009. Disponível em: [www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Seminarios/08Cadeiadofumo.pdf](http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Seminarios/08Cadeiadofumo.pdf). Acesso em: 09 mar. 2013.

BRAGA, Célia. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, Paulo de Tarso Silva. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**: Um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UniB, UFPB, UFRN, Natal.2008. Disponível em: [www.btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4114](http://www.btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4114). Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnica nº. 15. Dispõe sobre as informações de natureza social e ambiental. **Procedimentos para a evidenciação das informações de natureza social e ambiental**. Disponível em: [www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbct15ind#nbct151](http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbct15ind#nbct151). Acesso em: 07 mar. 2013.

BRASIL. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº. 1003/04. Dispõe sobre a aprovação da NBC T 15. Disponível em: [www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1003.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm). Acesso em: 07 mar. 2013.

BURATTO, Angelo Luiz. **Indicadores de Desempenho Socioambiental- escutando a administração pública municipal de Santa Catarina sobre o que é importante medir e monitorar**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009. Disponível em: [www.repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93215/270553.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93215/270553.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 mar. 2013.

CALDERÓN, Patrícia Asunción Loaiza; Marson, Luciana Sousa Coelho; OLIVEIRA, Maria Rosa da Silva de; QUINTANS, Benjamin Salgado. Responsabilidade Social e Estratégia Empresarial: Um elo entre duas correntes- O caso de uma indústria do ramo alimentício no município de Nova IGUAÇU. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011. Disponível em: [www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11\\_0374\\_2069.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0374_2069.pdf). Acesso em: 12 mar. 2013.

CALLADO, Antonio André Cunha; et. al. Indicadores de desempenho social corporativo: um estudo entre empresas do setor elétrico. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v.5,

nº. 1, 2009. Universidade Católica de Santos. Disponível em: [www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/170.pdf](http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/170.pdf).

CARVALHO, Fernanda de Medeiros; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Regulamentações do Balanço Social. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 5º Congresso USP/FIPECAFI 2005. Disponível em: [www.congresso.fipecafi.org/artigos52005/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=248](http://www.congresso.fipecafi.org/artigos52005/an_resumo.asp?cod_trabalho=248). Acesso em: 22 mar. 2013.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; KUBRUSLY, Lúcia Silva. A influência da Responsabilidade Social Corporativa no comportamento do consumidor na Cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: XXXI ENANPAD, 2007. Disponível em: [www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2007/APS/APSC1606.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2007/APS/APSC1606.pdf). Acesso em: 19 mar. 2013.

CAVALCANTE, Tânia Maria. O controle do Tabagismo no Brasil: avanços e desafios. **Revista Psiq. Clín.**, nº 32, v. 5, p. 283-300, 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rpc/v32n5/27703.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32n5/27703.pdf). Acesso em: 13 ma. 2013.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, nº.128, jan. 2012. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: [www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12974/8511](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12974/8511). Acesso em: 12 mar. 2013.

CIPOLAT, Carina; et al.. Indicadores de Desempenho Social do Global Reporting Initiative (GRI) e as ações de sustentabilidade da Itaipu Binacional. In: SIMPÓSIO DE EXCÊLENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010. Disponível em: [www.aedb.br/seget/artigos10/506\\_GRI%20ITAIPU%20SEGET%2023%20SETEMBRO.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/506_GRI%20ITAIPU%20SEGET%2023%20SETEMBRO.pdf)

CRISPIM, Graciele Hernandez. **Análise da evidenciação da Responsabilidade Social com ênfase na gestão ambiental: Um estudo comparativo das sociedades anônimas de capital aberto**, 2003. Monografia (Graduação em ciências contábeis)- Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: [www.tcc.bu.ufsc.br/Contabeis298152](http://www.tcc.bu.ufsc.br/Contabeis298152). Acesso em: 27 mar. 2013.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Balanço Social- A Posição da CVM**. Disponível em: [www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ\\_400.asp](http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ_400.asp). Acesso em: 07 mar. 2013.

DECICINO, Ronaldo. Tabaco: Brasil é o maior exportador mundial. **Geografia**, 06 jun. 2008. Disponível em: [www.educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/tabaco-brasil-e-o-maior-exportador-mundial.htm](http://www.educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/tabaco-brasil-e-o-maior-exportador-mundial.htm). Acesso em: 08 mar. 2013.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SOEKHA, Larissa Devi Oliveira; SOUZA, Estrella Maris Vasconcelos de. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.3, nº. 1, 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.antena.org.br/revista/ojs-2.2.-06/index.php/ufrj/article/viewFile/450/437](http://www.antena.org.br/revista/ojs-2.2.-06/index.php/ufrj/article/viewFile/450/437). Acesso em: 22 mar. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

EUGENIO, Teresa Pereira. . Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, p.102-118, jan. 2010. Blumenau. Disponível em: [www.proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1115](http://www.proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1115). Acesso em: 19 mar. 2013.

FARIAS, Ana Maria Lima de; LAURENCEL, Luiz da Costa. **Números Índices**. 2005. Disponível em: [www.uff.br/ieeanamariafarias/numerosindices.pdf](http://www.uff.br/ieeanamariafarias/numerosindices.pdf). Acesso em 22 mar. 2013.

FERNANDES, Ângela. **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas**. Disponível em:

FERNANDES, Ângela. A Responsabilidade social e a Contribuição das Relações Públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23, 2000, Manaus. **Anais...** Manaus: XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2000. Disponível em: [www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0098.htm](http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0098.htm). Acesso em: 07 mar. 2013

FILHO, Marco Antônio Figueiredo Milani. Responsabilidade Social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 19, nº. 47, ma./ago. 2008, São Paulo. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772008000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772008000200008&script=sci_arttext). Acesso em: 10 mar. 2013.

FORMENTI, Ligia. Brasil gasta R\$ 21 bi com tratamento de doenças relacionadas ao tabaco. **Estadão**, Brasília, 30 ma. 2012. Saúde. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-gasta-r-21-bi-com-tratamento-de-doencas-relacionadas-ao-tabaco,880136,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-gasta-r-21-bi-com-tratamento-de-doencas-relacionadas-ao-tabaco,880136,0.htm). Acesso em: 05 mar. 2013.

FRANCISCHINI, Andresa Silva Neto. **Proposta de modelo para análise de Balanço Social através de indicadores de performance baseados no Balanced Scorecard**. Disponível em: [www.ethos.org.br/docs/comunidade\\_academica/pdf/pev41926.pdf](http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/pdf/pev41926.pdf). Acesso em: 23 mar. 2013.

FREITAS, Cláudia C. de Oliveira de; STRASSBURG, Udo. Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis de Empresa do Setor de Papel e Celulose Brasileira. In: SEMINÁRIOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCÁVEL, 2006. CASCÁVEL. **Anais...** Paraná: UNIOESTE, 2006. Disponível em: [www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Co](http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Co)

[munica%E7%F5es/ART%206%2020%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20demonstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf](#). Acesso em: 20 mar. 2013.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes; OLIVEIRA, Daniele Lopes. Contabilidade Ambiental: História e Função. **Revista Gestão & Tecnologia**, 1.ed., 2009, Faculdade Delta. Disponível em: [www.faculdadedelta.edu.br/imagens/revista\\_gestao\\_tecnologia/edicao\\_1/contabilidade\\_ambiental.pdf](http://www.faculdadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf). Acesso em: 16 mar. 2013.

GERENT, Michelle Machado. Balanço Social: **Um estudo de caso sobre os indicadores da UNIMED Florianópolis**. 2006. Monografia (Graduação em Administração)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: [www.tcc.bu.ufsc.br/Adm294901](http://www.tcc.bu.ufsc.br/Adm294901). Acesso em: 19 mar. 2013.

GODOY, Antonio Augusto de Jesus; COSTA, Surlene Rosa Candido. **Evidenciação, divulgação ou disclosure: aspectos teóricos e aplicações ao mercado financeiro**. FCV Empresarial, v.1, p.151-165, 2007. Disponível em: [www.fcv.edu.br/fcvempresarial/2008/FCV-2008-13.pdf](http://www.fcv.edu.br/fcvempresarial/2008/FCV-2008-13.pdf). Acesso em: 17 mar. 2013.

GODOY, M. et al. Balanço Social: Convergência e Divergência entre os Modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 1., 2007, Florianópolis. **Publicações...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: [www.nemac.ufsc.br/visualizar/balancoibase.pdf](http://www.nemac.ufsc.br/visualizar/balancoibase.pdf). Acesso em: 27 mar. 2013.

GOMES, Amanda de Oliveira; LEITÃO, Marisa Teófilo; PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras; OLIVEIRA, Talyta Eduardo. A evidenciação da Responsabilidade Socioambiental das empresas e a regulamentação brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 12., 2011, Punta del Leste/Uruguai. **Anais eletrônicos...** Punta del Leste: XII Congresso Internacional de Custos, 2011. Disponível em: [www.website.acep.org.br/a-evidenciacao-da-responsabilidade-socioambiental-das-empresas-e-a-regulamentacao-brasileira/](http://www.website.acep.org.br/a-evidenciacao-da-responsabilidade-socioambiental-das-empresas-e-a-regulamentacao-brasileira/). Acesso em: 27 mar. 2013.

GOMES, Paulo Henrique Vieira; LUCA, Márcia Martins Mendes de; CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Fatores determinantes do disclosure voluntário sob o enfoque da sustentabilidade: uma análise das empresas dos países do BRIC. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 14., 26-28nov. 2012. São Paulo. Disponível em: [www.engema.org.br/upload/pdf/2011/1014-1019.pdf](http://www.engema.org.br/upload/pdf/2011/1014-1019.pdf). Acesso em: 14 mar. 2013.

GONDRIGE, Enalto de Oliveira. **Fatores Explicativos do Disclosure Voluntário das empresas brasileiras de capital aberto**: um estudo sob a perspectiva da estrutura de governança corporativa e de propriedade. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2010. Disponível em: [www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D042.pdf.pdf](http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D042.pdf.pdf). Acesso em: 12 mar. 2013.

GONDRIGE, Enalto de Oliveira; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; CLEMENTE, Ademir; SILVA, Wesley Vieira da. Fatores explicativos do disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto sob a perspectiva da Estrutura de governança corporativa e de Propriedade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: XXXV ENANPAD, 2011. Disponível em: [www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2011/CONT/CON1183.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2011/CONT/CON1183.pdf). Acesso em: 18 mar. 2013.

GRI, Global Reporting Initiative. **Relatório de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?** Disponível em: [www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf](http://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf).

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social, dez anos: o desafio da transparência.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=164&sid=13](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=164&sid=13). Acesso em: 23 mar. 2013.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Publique seu Balanco Social.** Disponível em: [www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview). Acesso em: 20 mar. 2013

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IGLESIAS, Roberto; JHA, Prabhat; PINTO, Marcia; SILVA, Vera Luiza da Costa e; GODINHO, Joana. **Controle do Tabagismo no Brasil**, ago. 2007. Disponível em: [www.ebah.com.br/content/ABAAABtgYAH/control-tabagismo-no-brasil](http://www.ebah.com.br/content/ABAAABtgYAH/control-tabagismo-no-brasil). Acesso em: 08 mar. 2013.

INCA, Instituto Nacional de Câncer. As estratégias e os investimentos da indústria do tabaco em responsabilidade social corporativa: Socialmente Responsável. Será? **Revista Rede Câncer**, nº10, fev. 2010. p33. Política. Disponível: [www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/c1f1f0004eb693b28a479af11fae00ee/33\\_politica.pdf?MOD=AJPERES](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/c1f1f0004eb693b28a479af11fae00ee/33_politica.pdf?MOD=AJPERES). Acesso em: 07 mar. 2013.

INCA-INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, MINISTÉRIO DA SÚDE. **Convenção-Quadro para o controle do tabaco.** Rio de Janeiro: INCA, 2011.p.07. Disponível em: [www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Convencao\\_quadro.pdf](http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Convencao_quadro.pdf). Acesso em: 04 mar. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JUNIOR, Fabiano Torres; SILVA, Fernanda Rosa da. Balanco Social: Instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. **Revista Pensar Contábil**, v. 10, nº. 39, 2008. Rio de

Janeiro. Disponível em: [www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/109](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/109).

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Responsabilidade Social Corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativa- RECADM**, v.4, nº1, 2005. Campo Largo. Disponível em: [www.revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/viewArticle/404](http://www.revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/viewArticle/404). Acesso em: 16 mar. 2013.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Contabilidade Social**. Disponível em: [www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%5CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157\\_1\\_arquivo\\_csocial.pdf](http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%5CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf). Acesso em: 12 mar. 2013.

KRUGER, Silvana Dalmutt; SCHUSSLER, Andrea Maciel; ALBERTON, Luiz. Evidenciação de Informações Sociais e Ambientais. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 14.; 2011. Disponível em: [www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/431.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/431.pdf). Acesso em: 22 mar. 2013.

LAN, Cassio Afonso Medeiros; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano; MENDONÇA, Fabricio Molica. Um Estudo Das Ações Para Divulgar E Consolidar O Balanço Social No Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 5., ma. 2011. Florianópolis. Disponível em: [www.anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p166.pdf](http://www.anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p166.pdf). Acesso em: 20 mar. 2013.

LOPES, Gustavo Acioli. Correntes de Fumaça. **Revista de História**, 18 set. 2007. Disponível em: [www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/correntes-de-fumaca](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/correntes-de-fumaca). Acesso em: 08 mar. 2013.

LUCA, Marcia Martins Mendes; CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Máisa de Souza; OLIVEIRA, Marcele Colares. **Demonstração do Valor Adicionado do Cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHÃES JUNIOR, Jobenil Luiz. Gestão de pequenas e médias empresas análise e interpretação estatística, números índices. Disponível em: [www.netknow.mat.br/universo/GPMEmp/NumIndGPME.pdf](http://www.netknow.mat.br/universo/GPMEmp/NumIndGPME.pdf). Acesso em: 23 mar. 2013.

MANTOVANI, Daniele. **A importância da divulgação do Balanço Social em empresas do Terceiro setor: O caso da empresa TRENSURB**. 2010. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: [www.lume.ufgrs.br/bitstream/handle/10183/27245/000763346.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufgrs.br/bitstream/handle/10183/27245/000763346.pdf?sequence=1). Acesso em: 17 mar. 2013.



MARÇOLA, C. **Balço Social Corporativo**. São Paulo, 2012. Disponível em: [www.temasderesponsabilidadesocial.blogspot.com.br/2012/01/balanco-social-corporativo.htm](http://www.temasderesponsabilidadesocial.blogspot.com.br/2012/01/balanco-social-corporativo.htm). Acesso em: 19 mar. 2013.

MARIANI, Joceane. **Responsabilidade Socioambiental: evidenciação do passivo ambiental**. 2009. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruema, Juína. Disponível em: [www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20110809154342.pdf](http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110809154342.pdf). Acesso em: 18 mar. 2013.

MEDEIROS, Fayrusse Correia de. **Responsabilidade social corporativa: O caminho da sustentabilidade nas empresas competitivas**. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Centro de Ciências Sociais, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006. Disponível em: [www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0166CD34CE4832BC03257219005445FC/\\$File/fayrusse.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0166CD34CE4832BC03257219005445FC/$File/fayrusse.pdf). Acesso em 13 mar. 2013.

MEIRELLES NETO, José; et. al. Balço Social: um estudo de caso em uma instituição financeira. In: SOUTH AMERICAN CONGRESS ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH, 1., 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.facc.ufrj.br/csear2009/07.pdf](http://www.facc.ufrj.br/csear2009/07.pdf).

MENDES, Gabriela C.; MOREIRA, Lilian L.; RODRIGUES, Angelo Davis O. N. Um estudo sobre a evidenciação da responsabilidade social corporativa na construção civil. **Revista Fafibe On-line**. Ano V, nº. 5, nov. 2012, Bebedouro-SP. Disponível em: [www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/21/21112012211832.pdf](http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/21/21112012211832.pdf). Acesso em: 27 mar. 2013.

MONTEIRO, Kátia Suzana Alves. **Estudo dos Indicadores de Desempenho Ambiental da Petrobras entre os períodos 2006 a 2008**. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2009. Disponível em: [www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias\\_uacc/contabilidade\\_ambiental\\_responsabilidade\\_social/T-C-Katia\\_Suzana.pdf](http://www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias_uacc/contabilidade_ambiental_responsabilidade_social/T-C-Katia_Suzana.pdf). Acesso em: 13 ma. 2013.

MOURA, André Arouldo Freitas de; NASCIMENTO, Fernando Saulo Pinheiro do; LUCA, Marcia Martins Mendes de. Evidenciação Voluntária De Informações Sociais Por Empresas De Capital Aberto Sediadas Nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste E Sudeste Do Brasil: Um Estudo Com Base Nos Indicadores De Responsabilidade Social Corporativa Da ONU. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XVII Congresso Brasileiro de Custos: Gestão de custos ambientais e responsabilidade social, 2010. Disponível em: [www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID\\_TEXTO=3306](http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=3306). Acesso em: 19 mar. 2013.

MURCIA, Fernando Dal- Ri. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São

Paulo. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/pt-br.php). Acesso em: 15 mar. 2013.

MURCIA, Fernando Dal- Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Principais práticas de Disclosure voluntário das 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Contabilidade e Controladoria- RC&C**, vol. 1, nº. 1, 2009. Programa de Pós-graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade- Setor de Ciências Sociais Aplicadas- UFPR. Curitiba. Disponível em: [www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/view/14749](http://www.ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/view/14749). Acesso em: 15 mar. 2013.

OLAK, Paulo Arnaldo; BARBOZA, Amanda Cristina; YOSHIMURA, Cristiane Yoshie; ALVES, Giovanna Prado. Balanço social: análise evolutiva dos principais indicadores sociais da empresa Companhia Paranaenses de energia elétrica-COPEL. **Revista de Estudos Contábeis**, v.2, nº. 2, 2011. Londrina. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/12190](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/12190). Acesso em: 27 mar. 2013.

OLIVEIRA, Janaína Garcia de; BORGES, Fernando Hagihara; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. O Impacto Competitivo da Estratégia Ambiental: uma abordagem teórica. In: Simpósio Internacional de Gestão Ambiental e Saúde – SIGAS, 1., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SENAC, 2005. Disponível em: [professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/15513/material/O%20IMPACTO%20COMPETITIVO%20DA%20ESTRAT%20C3%89GIA%20AMBIENTAL.pdf](http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/15513/material/O%20IMPACTO%20COMPETITIVO%20DA%20ESTRAT%20C3%89GIA%20AMBIENTAL.pdf). acesso em: 07 mar. 2013.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. **Empresas na sociedade- Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

OLIVEIRA, Robson Ramos, et al. A distribuição da riqueza de companhias abertas por meio da Demonstração do Valor Adicionado: Uma abordagem Cluster. In: SIMPOSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011. Disponível em: [www.aedb.br/seget/artigos11/37014758.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos11/37014758.pdf). Acesso em: 24 mar. 2013.

ONUBR-ORGANIZAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Tratado da OMS estabelece punições para comércio ilegal de produtos do tabaco. **ONUBR**, 13 nov. 2012. Notícias. Disponível em: [www.onu.org.br/tratado-da-oms-estabelece-punicoes-para-comercio-ilegal-de-produtos-do-tabaco/](http://www.onu.org.br/tratado-da-oms-estabelece-punicoes-para-comercio-ilegal-de-produtos-do-tabaco/). Acesso em: 05 mar. 2013.

ORENGO, Mauro; ABREU, Fernando. **A Responsabilidade Social e o seu impacto estratégico na Gestão dos Projetos do Parque das Nações (Lisboa) e o Porto Digital (Recife)**. 2009. Santa Maria. Disponível em: [www.conferp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/tcclisboa.pdf](http://www.conferp.org.br/wp-content/uploads/2009/07/tcclisboa.pdf). Acesso em: 10 mar. 2013.

PASSADOR, Claudia Souza. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., out. 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: VII Congresso Internacional Del CLAD. 2002. Disponível em:

[www.unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044201.pdf](http://www.unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044201.pdf). Acesso em: 8 mar. 2013.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças- USP**, vol.15, nº. 36, set./dez. 2004. São Paulo. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300002&script=sci_arttext). Acesso em: 16 mar. 2013.

PINTO, Lygia Amandi da Silva. **Responsabilidade social empresarial: uma reflexão sobre os indicadores de desempenho**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional), Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006. Disponível em: [www.ppga.com.br/mestrado/2006/pinto-lygia\\_amandi\\_silva.pdf](http://www.ppga.com.br/mestrado/2006/pinto-lygia_amandi_silva.pdf). Acesso em: 11 mar. 2013.

QUINTANA, Alexandre Costa; et al. A evidenciação da sustentabilidade empresarial com o auxílio do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 13., 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: XIII ENGEMA+20 Inovação e Sustentabilidade, FGV, 2011. Disponível em: [www.engema.org.br/upload/pdf/2011/346-36.pdf](http://www.engema.org.br/upload/pdf/2011/346-36.pdf). Acesso 22 mar. 2013.

RAMOS, Marco Aurélio; SILVA, Wendel Alex Castro; PRUDENCIO, Clarice Lordeiro. A Prática da responsabilidade Social nas organizações e a percepção dos futuros administradores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31., 2011. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XXXI ENEGEP Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no cenário econômico mundial, 2011. Disponível em: [www.unihorizontes.br/userfiles/file/ARTIGOS%20NUPEC/enegep2011\\_TN\\_STO\\_145\\_910\\_17651.pdf](http://www.unihorizontes.br/userfiles/file/ARTIGOS%20NUPEC/enegep2011_TN_STO_145_910_17651.pdf). Acesso em: 14 mar. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Estabelecimentos Fabricantes de Cigarros Autorizados a Operarem no Brasil**. Disponível em: [www.receita.fazenda.gov.br/DestacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarrollegal/EstabFabrOpBrasil.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/DestacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarrollegal/EstabFabrOpBrasil.htm). Acesso em: 12 mar. 2013.

RIBEIRO, Rita de Cassia Souza; et al. Metodologia Para Definir Um Sistema De Indicadores De Desempenho Socioambientais. In: CSEAR CONFERENCE SOUTH AMERICA, 2., 2011. Ribeirão. **Anais...** Ribeirão: II CSEAR Conference South America: A sustentabilidade em discussão. 2011. Disponível em: [www.csearsouthamerica.org/2011/sites/default/files/gae\\_018\\_metologia\\_indicadores\\_0.pdf](http://www.csearsouthamerica.org/2011/sites/default/files/gae_018_metologia_indicadores_0.pdf). Acesso em: 23 mar. 2013.

ROMERO, Luiz Carlos; SILVA, Vera Lucia da Costa e. 23 Anos de Controle do Tabaco no Brasil: A Atualidade do Programa Nacional de Combate ao Fumo de 1988. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 13 jun. 2011. Disponível em: [www.inca.gov.br/rbc/n\\_57/v03/pdf/03\\_artigo\\_23\\_Anos\\_controle\\_tabaco\\_brasil\\_atualidade\\_p\\_programa\\_nacional\\_combate\\_fumo\\_1988.pdf](http://www.inca.gov.br/rbc/n_57/v03/pdf/03_artigo_23_Anos_controle_tabaco_brasil_atualidade_p_programa_nacional_combate_fumo_1988.pdf). Acesso em: 09 mar. 2013.

ROSEMBERG, Dr. José. **Nicotina Droga Universal.** Disponível em: [www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/nicotina.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/nicotina.pdf). Acesso em: 09 mar. 2013.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal- Ri. Influência do Disclosure Voluntário Econômico e Socioambiental no Custo de Capital Próprio de Empresas Brasileiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: IV Congresso Anpcont, 2010. Disponível em: [www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE132.pdf](http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE132.pdf). Acesso em: 15 mar. 2013.

SÁ, Antonio Lopes de. **Tendências e Futuros da Contabilidade.** Disponível em: [www.crcba.org.br/boletim/artigos/tendencias\\_e\\_futuro\\_da\\_contabilidade.pdf](http://www.crcba.org.br/boletim/artigos/tendencias_e_futuro_da_contabilidade.pdf). Acesso em: 12 mar. 2013

SALGADO JUNIOR, Alexandre Pereira; PENEDO, Antônio Sérgio Torres; PRETTO, Fernando Natal de; JUNIOR, Antônio Carlos Pacagnella. O marketing socioambiental e o processo de decisão de compra dos consumidores finais: Pesquisa exploratória no ponto de venda de empresas multinacionais supermercadistas de Ribeirão Preto- SP. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA/USP, 10., 2007, São Paulo: X SEMEAD FEA/USP, 2007. Disponível em: [www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/385.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/385.pdf). Acesso em: 17 mar. 2013.

SAMPAIO, M.S.; GOMES, Sônia Maria da Silva; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J.M; LIMA FILHO, R. N. . Evidenciação de Informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XVII Congresso Brasileiro de Custos: sustentabilidade além da mensuração de custos, 2010. Disponível em: [www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?ID\\_TEXTO=3353](http://www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=3353). Acesso em: 15 mar. 2013.

SANTÂNGELO, Caio César Ferrari. **Setor de saúde pública versus Indústria do Tabaco: Confronto Ideológico entre Organização Mundial de Saúde e British American Tobacco/Souza Cruz.** Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2010. Disponível em: [www6.univali.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=857](http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=857). Acesso em: 04 mar. 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar uma DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Paulo Sérgio Almeida; VARGAS, Alzenir José de; ALMEIDA, Dalci Mendes; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Nível de Disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.9, nº.18, p.63-82, jun./dez. 2012. Florianópolis: UFSC. Disponível em: [www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewFile/2175-8069.2012v9n18p63/23472](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewFile/2175-8069.2012v9n18p63/23472). Acesso em: 15 mar. 2013.

SIENA, Osmar. Método para avaliar desenvolvimento sustentável: técnicas para escolha e ponderação de aspectos e dimensões. **Produção**, v. 18, nº. 2, 2008. São Paulo. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132008000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132008000200012&script=sci_arttext). Acesso em: 22 mar. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação, 4ª ed. revisada e atualizada, 2005. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis. Disponível em: [www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3439.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf). Acesso em 10 mar. 2013.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, nº. 1, jun. 2009. Disponível em: [www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf). Acesso em: 10 mar. 2013.

SILVA, Lílian Simone Aguiar da; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. **Revista Gestão & Produção**, v.13, nº3, 2006. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/02.pdf). Acesso em: 11 mar. 2013.

SILVA, Luiz Ivan dos Santos. Contabilidade: objeto, objetivos e funções. **Revista Sitientibus**, nº. 38, p. 79-101, 2008, Feira de Santana. Disponível em: [www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5\\_contabilidade\\_objeto\\_objetivos\\_e\\_funcoes.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5_contabilidade_objeto_objetivos_e_funcoes.pdf). acesso em: 12 mar. 2013.

SILVA, Thiago Lucimar; ALBERTON, Luiz; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Práticas de Disclosure Voluntário das Empresas do setor Elétrico: Uma análise a partir do Modelo de Murcia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: XXXV ENANPAD, 2012. Disponível em: [www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2012/CONT/Tema%2001/2012\\_CON1914.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2012/CONT/Tema%2001/2012_CON1914.pdf). Acesso em 18 mar. 2013.

SILVA, Washington Barbosa da. **A importância do Balanço Social para as empresas**. 2009. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Luso Brasileira, Carpina. Disponível em: [www.classecontabil.com.br/site/trabalhos/Importanciadobalancosocial.pdf](http://www.classecontabil.com.br/site/trabalhos/Importanciadobalancosocial.pdf). Acesso em: 22 mar. 2013.

SINDUSCON-MG, Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais. **Número-Índice: uma visão geral**. 2.ed. Belo Horizonte: SINDUSCON-MG, 2009. Disponível em: [www.sinduscon-mg.org.br/site/arquivos/up/economica/Numero\\_Indice.pdf](http://www.sinduscon-mg.org.br/site/arquivos/up/economica/Numero_Indice.pdf). Acesso em: 23 mar. 2013.

SOARES, Leandro Vieira. A contribuição da evidenciação de informações nas demonstrações contábeis, no âmbito do mercado de ações da BM&FBOVESPA. In:

SIMPÓSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010. Disponível em: [www.aedb.br/seget/artigos10/491\\_ArtigoSegetLean\\_b12010.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/491_ArtigoSegetLean_b12010.pdf). Acesso em: 17 mar. 2013.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: Conceito e Complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Est. Aval. Educ.**, v. 23, n. 52, p.12-25, São Paulo, mai/ago. 2012. Disponível em: [www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf). Acesso em: 13 mai. 2013.

SOUZA CRUZ S/A. **Souza Cruz atinge grau máximo de responsabilidade social empresarial.** Atualizado em 05 out. 2011. Acontece na Souza Cruz. Disponível em: [www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO8KKPWY?openDocument&SNK=1](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO8KKPWY?openDocument&SNK=1). Acesso em: 04 mar. 2013.

SOUZA CRUZ. **Acontece na Souza Cruz.** Disponível em: [www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7VAR8Z?openDocument&SKN=1](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7VAR8Z?openDocument&SKN=1). Acesso em: 03 ab. 2013.

SOUZA CRUZ. **Nossa História.** Disponível em: [www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?openDocument&SKN=1](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?openDocument&SKN=1). Acesso em: 03 ab. 2013.

SOUZA CRUZ. **Tradição em Responsabilidade Social.** Disponível em: [www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9NKW?openDocument&SKN=1](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UUF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9NKW?openDocument&SKN=1). Acesso em: 03 ab. 2013.

SOUZA, Diocesar Costa de; PACHECO, Vicente. O Balanço Social atende aos objetivos a que se propõe? In: CONGRESSO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE EM PROL DO DESENVOLVIMENTO, 7., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: [www.congressospf.fipecafi.org/artigos722007/an\\_resumo.asp?pagina=23&con=1](http://www.congressospf.fipecafi.org/artigos722007/an_resumo.asp?pagina=23&con=1). Acesso em: 08 mar. 2013.

SOUZA, Sandra Santos de. **Responsabilidade social das empresas.** 2006. Monografia (Graduação em Contabilidade)- Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Brasília. Disponível em: [repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2211/1/20152091.pdf](http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2211/1/20152091.pdf).

SUCUPIRA, João. Modelos de Balanço Social. **Revista Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor- IDEC**, nº 78, jun. 2004. Opinião. Disponível em: [www.idec.org.br/emacao/revista/78/materia/modelos-de-balanço-social](http://www.idec.org.br/emacao/revista/78/materia/modelos-de-balanço-social). Acesso em: 07 mar. 2013.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 4. ed. revista ampliada. São Paulo: Atlas, 2006.

TEIXEIRA, Conceição de Moura Diniz; SILVA, Ana Paula Ferreira da; PEREIRA, Jairo. Disclosure socioambiental conforme as orientações da NBC T15: um estudo realizado nas maiores empresas de capital aberto no Brasil. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011. Disponível em: [www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3541.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3541.pdf). Acesso em: 18 mar. 2013.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; JAQUES, Tiago Alves. Legislação e Controle do Tabaco no Brasil entre o Final do Século XX e Início do XXI. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 26 ma. 2011. Disponível em: [www.inca.gov.br/rbc/n\\_57/v03/pdf/02\\_artigo\\_legislacao\\_controle\\_tabaco\\_brasil\\_entre\\_final\\_seculo\\_xx\\_inicio\\_xxi.pdf](http://www.inca.gov.br/rbc/n_57/v03/pdf/02_artigo_legislacao_controle_tabaco_brasil_entre_final_seculo_xx_inicio_xxi.pdf). Acesso em: 09 mar. 2013.

TINOCO, Joao Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma abordagem da transparência e da Responsabilidade Pública das organizações**, 1.ed., 4 reimp., São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, Joao Eduardo Prudêncio; MORAES, Pérsio Belluomimi. Uso da demonstração do valor adicionado – DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. **Revista eletrônica de gestão de negócios**, v.4, nº1, 2008. Disponível em: [www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/136.pdf](http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/136.pdf). Acesso em: 23 mar. 2013.

TREVISAN, Antoninho Marmo. **A empresa e o seu papel social**. 2002. Disponível em: [www.filantropia.org/artigos/antoninho\\_marmo\\_trevisan.htm](http://www.filantropia.org/artigos/antoninho_marmo_trevisan.htm). Acesso em 14 mar. 2013.

TUNIN, Andrea Simoni Manarin; MOLINA, Carlos Eduardo Correa. Marketing Social: Transformação Social e/ ou prospecção de um mercado? Um estudo de caso na UNIMED Resende. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: VI CNEG, 2010. Disponível em: [www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10\\_0261\\_1097.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0261_1097.pdf). Acesso em 8 mar. 2013.

VANZO, Geni Francisca dos Santos; SOUZA, Valquíria Pinheiro de. Um Estudo Sobre A Influência Da Disciplina Contabilidade Social Ou Ambiental Na Formação Profissional E Social Dos Futuros Contadores, De Acordo Com A Percepção Dos Graduandos Dos Cursos De Ciências Contábeis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 24-28 ago. 2008, Gramado. **Anais...** Gramado: XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2010. Disponível em: [www.ccontabeis.com.br/18cbc/544.pdf](http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/544.pdf). Acesso em: 11 mar. 2013.

VIEIRA, Marli Terezinha. **Evidenciação de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Regional de Blumenau-FURB, Blumenau, 2006. Disponível em: [www.proxy.furb.br/tede/tede\\_busca/arquivo.php?codArquivo=345](http://www.proxy.furb.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=345). Acesso em: 13 mar. 2013.

VILELA, Juliana Girardelli. **Índice de sustentabilidade Empresarial:** Indicador avalia as dimensões das relações da empresa com a sociedade. 03 nov. 2009. Disponível em: [www.rumosustentavel.com.br/indice-de-sustentabilidade-empresarial/](http://www.rumosustentavel.com.br/indice-de-sustentabilidade-empresarial/). Acesso em: 07 mar. 2013.

VINCENTIN, Wladimir. **Estatística.** Disponível em: [www.coladaweb.com/estatistica/numeros-indices](http://www.coladaweb.com/estatistica/numeros-indices). Acesso em: 23 mar. 2013.